

# Demonstrações Financeiras

1º semestre 2024

**ÍNDICE**

<b>Demonstrações Financeiras</b> .....	<b>03</b>
Balço Patrimonial .....	03
Demonstração do Resultado.....	05
Demonstração do Resultado Abrangente.....	06
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	07
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	08
Demonstração do Valor Adicionado.....	09
<b>Notas Explicativas</b> .....	<b>10</b>
Nota 1 - Contexto operacional .....	10
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras individuais .....	10
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis .....	10
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa .....	14
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	15
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários (TVM) .....	15
Nota 7 - Operações de crédito .....	17
Nota 8 - Outros instrumentos financeiros e outros ativos .....	20
Nota 9 - Imobilizado de uso e intangível .....	21
Nota 10 - Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) .....	22
Nota 11 - Obrigações por empréstimos .....	22
Nota 12 - Obrigações por repasses .....	23
Nota 13 - Outros passivos .....	24
Nota 14 - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais .....	25
Nota 15 - Patrimônio líquido .....	28
Nota 16 - Tributos .....	30
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado .....	32
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) .....	35
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) .....	35
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) .....	35
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM) .....	37
Nota 22 - Fundos de investimentos financeiros .....	37
Nota 23 - Partes relacionadas .....	38
Nota 24 - Remuneração paga aos empregados e administradores.....	39
Nota 25 - Benefícios a empregados .....	40
Nota 26 - Gerenciamento de riscos e capital .....	47
Nota 27 – Outras Informações.....	53
<b>Relatório Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b> .....	<b>56</b>
<b>Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria</b> .....	<b>63</b>
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b> .....	<b>67</b>
<b>Parecer do Conselho de Administração</b> .....	<b>68</b>
<b>Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras</b> .....	<b>69</b>
<b>Declaração da Diretoria sobre o Relatório do Auditor Independente</b> .....	<b>70</b>
<b>Membros da Administração</b> .....	<b>71</b>



Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Demonstração Financeira Individual

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro 2023

(Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>		<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Disponibilidades</b>	Nota 4	<b>54.051</b>	<b>61.049</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>50.341.439</b>	<b>44.413.381</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 5	2.229.453	1.509.359
Títulos e Valores Mobiliários	Nota 6	19.047.199	16.099.767
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Nota 8	940.225	805.425
Operações de Crédito	Nota 7	27.938.867	25.792.751
Carteira de Câmbio	Nota 8	46.687	31.150
Outros Instrumentos Financeiros	Nota 8	139.008	174.929
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	Nota 7	<b>(1.017.789)</b>	<b>(749.908)</b>
Provisão para Operações de Crédito		(1.017.591)	(748.734)
Provisão para Câmbio		(198)	(1.174)
<b>Outros Ativos</b>	Nota 8	<b>60.598</b>	<b>59.565</b>
<b>Ativos Fiscais Correntes e Diferidos</b>	Nota 16	<b>1.407.188</b>	<b>1.222.403</b>
Crédito Tributário		1.393.987	1.210.630
Impostos e Contribuições a Compensar		13.201	11.773
<b>Imobilizado de Uso</b>	Nota 9	<b>390.421</b>	<b>381.417</b>
<b>Intangível</b>	Nota 9	<b>389.569</b>	<b>388.482</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b>	Nota 9	<b>(576.390)</b>	<b>(556.042)</b>
Depreciação Acumulada de Imobilizado de Uso		(277.676)	(269.271)
Amortização Acumulada de Intangível		(298.714)	(286.771)
<b>Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos</b>	Nota 5	<b>-</b>	<b>(8.023)</b>
Provisão para Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	(8.023)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>51.049.087</b>	<b>45.212.324</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Demonstração Financeira Individual

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro 2023

(Em milhares de Reais)

<b>P A S S I V O</b>		<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>40.887.390</b>	<b>35.490.828</b>
Depósitos	Nota 10	13.299.925	11.322.771
Captações no Mercado Aberto	Nota 10	50.000	-
Letra de Crédito do Agronegócio	Nota 10	747.081	778.601
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Nota 13	22.424	9.210
Obrigações por Empréstimo	Nota 11	48.399	30.892
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	Nota 12	394.654	438.216
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	Nota 13	5.795	3.392
Sociais e Estatutárias	Nota 13	3.842	452.062
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	Nota 13	26.162.484	22.300.619
Outros Passivos Financeiros	Nota 13	152.786	155.065
<b>Provisões</b>	Nota 14	<b>3.417.847</b>	<b>3.689.629</b>
Provisão para Pagamento a Efetuar		162.300	392.599
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas		1.693.557	1.610.416
Provisão para Passivos Atuariais	Nota 25	1.079.311	1.146.731
Provisão para Demandas Judiciais		130.272	131.847
Provisão para Planos Saldados	Nota 25	352.058	407.687
Provisões Diversas		349	349
<b>Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas</b>	Nota 16	<b>282.495</b>	<b>148.542</b>
Fiscais e Previdenciárias		272.125	132.764
Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos		10.370	15.778
<b>Patrimônio Líquido</b>	Nota 15	<b>6.461.355</b>	<b>5.883.325</b>
Capital Social		3.654.918	3.654.918
Reservas de Capital		2.253	2.253
Reservas de Lucro		3.226.766	2.687.292
Outros Resultados Abrangentes		(422.582)	(461.138)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>51.049.087</b>	<b>45.212.324</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Demonstração Financeira Individual  
 Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023  
 (Em milhares de Reais)

		1º SEMESTRE 2024	1º SEMESTRE 2023
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>2.288.367</b>	<b>1.979.731</b>
Operações de Crédito	Nota 7	1.271.235	1.010.281
Resultado de Operações com TVM	Nota 6	1.008.377	969.450
Resultado de Operações de Câmbio		8.755	-
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(2.030.237)</b>	<b>(1.437.473)</b>
Operações de Captação no Mercado	Nota 10	(526.928)	(477.339)
Operações de Empréstimos e Repasses	Nota 12	(992.558)	(720.909)
Resultado de Operações de Câmbio		-	(2.272)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(510.751)	(236.953)
Provisão para Operações de Crédito	Nota 7	(511.151)	(239.843)
Provisão para Repasses Interfinanceiros	Nota 8	7	3.524
Provisão para Câmbio	Nota 7	393	(634)
<b>Resultado de Intermediação Financeira</b>		<b>258.130</b>	<b>542.258</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>1.515.066</b>	<b>1.402.965</b>
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 17	271.666	267.240
Rendas de Tarifas Bancárias	Nota 17	131.049	124.236
<i>Del Credere</i> FNO	Nota 20	884.251	758.882
Recuperação de Rendas FNO	Nota 20	181.582	146.752
Recuperação de Encargos e Despesas		2.096	5.229
Demais Receitas Operacionais	Nota 17	44.422	100.626
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		<b>(711.596)</b>	<b>(882.259)</b>
De Pessoal	Nota 17	(365.341)	(330.719)
Administrativas	Nota 17	(187.467)	(174.986)
Tributárias	Nota 17	(83.457)	(91.028)
Demais Despesas Operacionais	Nota 17	(75.331)	(285.526)
<b>Despesas de Provisões</b>		<b>(416.663)</b>	<b>(395.580)</b>
Garantia Financeira Prestada	Nota 17	(191.011)	(187.411)
Passivo Atuarial	Nota 17	(134.626)	(83.206)
Demandas Judiciais	Nota 17	(72.186)	(99.042)
Planos Saldados	Nota 17	(18.840)	(25.921)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>644.937</b>	<b>667.384</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	Nota 17	<b>224</b>	<b>7.236</b>
<b>Resultado Antes dos Tributos e Participações</b>		<b>645.161</b>	<b>674.620</b>
<b>Tributos sobre o Lucro</b>	Nota 16	<b>(105.754)</b>	<b>(108.695)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(178.554)	(145.537)
Provisão para Contribuição Social		(145.996)	(119.573)
Ativo Fiscal Diferido		218.796	156.415
<b>Participações sobre Lucro</b>		<b>(261)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro Líquido</b>	Nota 15	<b>539.146</b>	<b>565.925</b>
<b>Lucro por Ação Básico Diluído - Em Reais</b>	Nota 15	<b>9,61759</b>	<b>10,09529</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Demonstração Financeira Individual

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	1º SEMESTRE 2024	1º SEMESTRE 2023
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>539.146</b>	<b>565.925</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes do Período</b>	<b>39.212</b>	<b>55.636</b>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>	<b>(60.393)</b>	<b>44.244</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial Títulos Disponíveis para Venda	(110.615)	80.838
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	50.222	(36.594)
<b>Itens que não podem ser reclassificados para o resultado</b>	<b>99.605</b>	<b>11.392</b>
Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	180.504	20.116
Efeito Tributário sobre Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	(81.227)	(9.052)
Realização da Reserva de Reavaliação	596	596
Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	(268)	(268)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>578.358</b>	<b>621.561</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
 Demonstração Financeira Individual  
 Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023  
 (Em milhares de Reais)

Elaborada pelo método indireto		1º SEMESTRE 2024	1º SEMESTRE 2023
<b>FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES</b>			
<b>Resultado Antes dos Tributos e Participações</b>	Nota 16	<b>645.161</b>	<b>674.620</b>
<b>Ajustes ao Resultado Líquido antes dos Tributos e Participações</b>		<b>902.633</b>	<b>812.555</b>
Depreciações e amortizações	Nota 17	20.349	22.411
Provisão para operações de crédito e outros créditos		511.865	240.504
Despesas de provisões para outros ativos		619	3.315
(Ganhos)/Perdas de Capital		(15)	(7.034)
Resultado com variação cambial		(5.607)	2.976
Despesas de provisões para passivos contingentes		91.025	124.963
Despesas de outras provisões		137.742	327.847
Despesas de provisões para riscos do FNO		189.834	185.962
Reversão de provisões para outros créditos	Nota 7	(1.108)	(27)
Reversão de outras provisões operacionais		(1.408)	(18.153)
Reversão de provisão para Repasses do FNO		(7)	(3.524)
Reversão de outras provisões operacionais - Aplic. Dep. Interfinanceiro		(8.023)	(9.436)
Reversão de provisões para operações do FNO		(5.160)	-
Reversão de provisões contingenciais	Nota 17	(27.473)	(57.249)
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>		<b>1.547.794</b>	<b>1.487.175</b>
<b>Variações Patrimoniais</b>		<b>2.665.791</b>	<b>3.580.299</b>
Redução em títulos e valores mobiliários para negociação		56.681	10.147
(Aumento) em outros valores e bens		(1.174)	(1.099)
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		54.923	(313.002)
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras e Interdependências		(121.578)	95.795
(Aumento) em operações de crédito		(2.388.410)	(1.365.541)
Redução em outros créditos		58.956	138.119
Aumento em depósitos		1.977.154	2.045.738
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(26.054)	(36.869)
Aumento em captações no mercado aberto		18.479	328.772
Aumento em outras obrigações		3.144.856	2.812.768
Imposto de renda e contribuição social pagos		(108.042)	(134.529)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>4.213.585</b>	<b>5.067.474</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(10.685.876)	(6.603.687)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		7.620.792	2.612.283
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(23)	(45)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		601	-
Adição em imobilizado de uso	Nota 9	(9.004)	(3.638)
Alienação do imobilizado de uso	Nota 9	-	455
Aquisição do Intangível	Nota 9	(1.087)	(1.413)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(3.074.597)</b>	<b>(3.996.045)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos e Juros sobre capital próprio – pagos		(370.968)	(311.492)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADOS NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(370.968)</b>	<b>(311.492)</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>768.020</b>	<b>759.937</b>
<b>Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
No início do período		1.246.018	889.731
No fim do período	Nota 4	2.014.038	1.649.668
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>768.020</b>	<b>759.937</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Demonstração Financeira Individual  
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

EVENTOS		CAPITAL		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		REALIZADO	OUTRAS	LEGAL		ESTATUTÁRIA	ESPECIAIS DE LUCROS				
<b>SALDOS EM 31.12.2023</b>	Nota 15	<b>3.654.918</b>	<b>2.253</b>	<b>16.944</b>	<b>316.996</b>	<b>2.370.296</b>	-	<b>(478.082)</b>	-	<b>5.883.325</b>	
<b>AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS</b>		-	-	-	-	-	-	<b>(60.393)</b>	-	<b>(60.393)</b>	
Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	<b>(60.393)</b>	-	<b>(60.393)</b>	
<b>AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>		-	-	-	-	-	-	<b>99.277</b>	-	<b>99.277</b>	
<b>OUTROS EVENTOS</b>	Nota 15	-	-	<b>(328)</b>	-	-	-	-	<b>328</b>	-	
Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	<b>(596)</b>	-	-	-	-	<b>596</b>	-	
Realização da Reserva		-	-	<b>(596)</b>	-	-	-	-	<b>596</b>	-	
Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	<b>268</b>	-	-	-	-	<b>(268)</b>	-	
Realização da Reserva		-	-	<b>268</b>	-	-	-	-	<b>(268)</b>	-	
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	Nota 15	-	-	-	-	-	-	-	<b>539.146</b>	<b>539.146</b>	
<b>DESTINAÇÕES</b>	Nota 15	-	-	-	<b>26.957</b>	<b>384.388</b>	<b>128.129</b>	-	<b>(539.474)</b>	-	
Reservas		-	-	-	<b>26.957</b>	<b>384.388</b>	-	-	<b>(411.345)</b>	-	
Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	<b>128.129</b>	-	<b>(128.129)</b>	-	
<b>SALDOS EM 30.06.2024</b>	Nota 15	<b>3.654.918</b>	<b>2.253</b>	<b>16.616</b>	<b>343.953</b>	<b>2.754.684</b>	<b>128.129</b>	<b>(439.198)</b>	-	<b>6.461.355</b>	
<b>SALDOS EM 31.12.2022</b>	Nota 15	<b>3.654.918</b>	<b>2.253</b>	<b>17.600</b>	<b>249.738</b>	<b>1.449.741</b>	-	<b>(532.870)</b>	-	<b>4.841.380</b>	
<b>AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS</b>		-	-	-	-	-	-	<b>44.244</b>	-	<b>44.244</b>	
-Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	<b>44.244</b>	-	<b>44.244</b>	
<b>AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>		-	-	-	-	-	-	<b>11.064</b>	-	<b>11.064</b>	
<b>OUTROS EVENTOS</b>	Nota 15	-	-	<b>(328)</b>	-	-	-	-	<b>328</b>	-	
-Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	<b>(596)</b>	-	-	-	-	<b>596</b>	-	
Realização da Reserva		-	-	<b>(596)</b>	-	-	-	-	<b>596</b>	-	
-Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	<b>268</b>	-	-	-	-	<b>(268)</b>	-	
Realização da Reserva		-	-	<b>268</b>	-	-	-	-	<b>(268)</b>	-	
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	Nota 15	-	-	-	-	-	-	-	<b>565.925</b>	<b>565.925</b>	
<b>DESTINAÇÕES</b>	Nota 15	-	-	-	<b>28.296</b>	<b>403.468</b>	<b>134.489</b>	-	<b>(566.253)</b>	-	
- Reservas		-	-	-	<b>28.296</b>	<b>403.468</b>	-	-	<b>(431.764)</b>	-	
-Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	<b>134.489</b>	-	<b>(134.489)</b>	-	
<b>SALDOS EM 30.06.2023</b>	Nota 15	<b>3.654.918</b>	<b>2.253</b>	<b>17.272</b>	<b>278.034</b>	<b>1.853.209</b>	<b>134.489</b>	<b>(477.562)</b>	-	<b>5.462.613</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ:04.902.979/0001-44

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
 Demonstração Financeira Individual  
 Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023  
 (Em milhares de Reais)

		1º SEMESTRE 2024	1º SEMESTRE 2023
<b>1. RECEITAS</b>		<b>3.292.906</b>	<b>3.152.986</b>
1.1. Intermediação financeira		2.288.367	1.979.731
1.2. Prestações de serviços e tarifas	Nota 17	402.715	391.476
1.3. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(510.751)	(236.953)
1.4. Outras		1.112.575	1.018.732
<b>2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(1.519.486)</b>	<b>(1.200.521)</b>
<b>3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>(649.541)</b>	<b>(824.177)</b>
3.1. Materiais, energia e outros		(22.694)	(20.632)
3.2. Serviços de terceiros		(134.853)	(122.433)
3.3. Outras		(491.994)	(681.112)
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>		<b>1.123.879</b>	<b>1.128.288</b>
<b>5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	Nota 17	<b>(20.349)</b>	<b>(22.411)</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)</b>		<b>1.103.530</b>	<b>1.105.877</b>
<b>7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>		<b>1.103.530</b>	<b>1.105.877</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>1.103.530</b>	<b>1.105.877</b>
<b>8.1 Pessoal</b>		<b>303.571</b>	<b>274.780</b>
8.1.1 Remuneração direta		222.755	201.415
8.1.2 Benefícios		60.831	52.991
8.1.3 FGTS		19.985	20.374
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>251.242</b>	<b>255.662</b>
8.2.1 Federais		242.317	247.021
8.2.2 Estaduais		17	47
8.2.3 Municipais		8.908	8.594
<b>8.3 Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>9.571</b>	<b>9.510</b>
8.3.1 Aluguéis	Nota 17	9.571	9.510
<b>8.4 Remuneração de capitais próprios</b>	Nota 15	<b>539.146</b>	<b>565.925</b>
8.4.1 Resultado líquido do semestre		539.146	565.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco está presente nos nove Estados, que compõem a Amazônia legal brasileira e na cidade de São Paulo e na capital do Distrito Federal, com um portfólio de produtos e serviços que vão de grandes projetos de infraestrutura até empreendedores rurais e não rurais, com atuação destacada no apoio ao microcrédito, agricultura familiar e financiamentos às Micros e Pequenas Empresas e Microempreendedor Individual (MPEI's).

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (Nota Explicativa nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (Nota Explicativa nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Nota Explicativa nº 19). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas nº 13.b (item sobre obrigações do Banco com Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14 (item que apresenta as provisões para as garantias financeiras prestadas).

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para elaboração de demonstrações financeiras, contemplam as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 e advindas das Resoluções CMN nº 4.910/2021 e Resolução BCB nº 2/2020. Para a contabilização das operações, fazem também, observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do, Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas demonstrações financeiras do Banco as seguintes normas:

- CPC 00 (R1) - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Pronunciamento Conceitual Básico;
- CPC 01 (R1) - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 (R2) - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
- CPC 04 (R1) - Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível;
- CPC 05 (R1) - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- CPC 09 - Resolução CVM nº 199/2024 - Demonstração do Valor Adicionado;
- CPC 10 (R1) - Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro;
- CPC 24 - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Evento Subsequente;
- CPC 25 - Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 26 (R1) - Resolução CVM nº 106/2022 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 27 - Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso;
- CPC 32 - Resolução CVM nº 83/2022 - Tributos sobre o Lucro;
- CPC 33 (R1) - Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados;
- CPC 41 - Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 - Resultado por Ação; e
- CPC 46 e CPC 47 - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo e Receita de Contrato com Cliente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de agosto de 2024.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos indexados ao Dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do Dólar de fechamento das operações.

### b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos

respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (Nota Explicativa nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

### **e) Títulos e valores mobiliários (TVM)**

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (Nota Explicativa nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A hierarquia do valor justo dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com base em critérios consistentes e observáveis, com a seguinte ordem de classificação:

Nível 1 – preço de mercado levando em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B<sup>3</sup> – Brasil Bolsa Balcão;

Nível 2 – o preço formado leva em consideração as informações que são observáveis para o ativo, por meio direto ou indireto, salvo preços cotados no Nível 1. Quando o ativo ou o passivo tem prazo determinado contratualmente, a informação é observável substancialmente pelo prazo integral.

Nível 3 – são os dados não observáveis para o ativo ou o passivo, que normalmente ocorrem quando há pouca atividade de mercado na data de mensuração. Atualmente o Banco não possui ativos registrados nesta hierarquia.

Conforme determina o § do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são divulgados como circulante independentemente de suas datas de vencimento.

### **f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

As rendas a apropriar de créditos com atraso igual ou superior a sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (Nota Explicativa nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme

as normas e as instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Risco de crédito (FNO): as provisões para as garantias financeiras prestadas para com o FNO foram feitas de acordo com modelos e práticas de gerenciamento do risco de crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016 e a Lei nº 10.177/2001. O valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 1º de dezembro de 1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (Nota Explicativa nº 14).

#### **g) Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

#### **h) Imobilizado de uso e intangível**

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.a e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.b e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

#### **i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

#### **j) Depósitos e captações no mercado aberto**

Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (Nota Explicativa nº 10).

#### **k) Benefícios a empregados**

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o Pronunciamento CPC nº 33 (R1) como de curto prazo e de pós-emprego (Notas Explicativas nºs 24 e 25).

O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo valor original, sem desconto a valor presente (baseado em cálculo iminentemente financeiro ou atuarial), com base no regime de competência mensal (Nota Explicativa nº 24).

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC nº 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovadas pela Resolução CVM n.º 110/2022 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020. Os benefícios de natureza previdenciária são decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo “BD-benefício definido” e “CV-contribuição variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica (Nota Explicativa nº 25).

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo), decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O Custo do serviço pode ser classificado entre corrente, passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação. O custo do serviço corrente refere-se ao valor presente das obrigações de benefício definido resultantes do serviço prestado pelos empregados no período corrente. O custo do serviço passado refere-se ao aumento (ou diminuição) no passivo atuarial do plano decorrente de alterações nos benefícios do plano que se aplicam ao serviço dos empregados em períodos anteriores ao período corrente.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e as perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em “Outros Resultados Abrangentes”, sensibilizando o patrimônio líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a reavaliação desses cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevivência da tábua de mortalidade.

#### **l) Tributos**

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (Nota Explicativa nº 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de mar/2020 <sup>(1)</sup>	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de jul/2021 a dez/2021 <sup>(2)</sup>	25%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2022	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de ago/2022 a dez/2022 <sup>(3)</sup>	21%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2023	20%
PIS/Pasep	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

<sup>(1)</sup>Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional nº 103/2019, art. 32 e inciso I do art. 36.

<sup>(2)</sup>Alteração de alíquota em função da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

<sup>(3)</sup>Período vigente de acordo com a Lei nº 14.446/2022 que trata da alíquota de 21% da CSLL.

#### **m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Resolução CVM nº 72/2022 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes representam direitos com realização incerta e, por esse motivo, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em notas explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na análise jurídica e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: abrange os processos judiciais de natureza cível ou trabalhistas, referente causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, apurados segundo parâmetros estatístico, levando em conta as perdas históricas dos últimos cinco anos.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação da área jurídica. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (Nota Explicativa nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (Nota Explicativa nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.b.1).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

#### **n) Outros ativos e passivos**

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou aos índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

#### **o) Demonstração do valor adicionado**

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.



#### p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;
2. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2024.

#### q) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos às incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 16 – Tributos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Nota Explicativa nº 25 – Benefícios a empregados: reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Nota Explicativa nº 26 – Gerenciamento de riscos e capital: abrange análise de sensibilidade sobre avaliação de perda permanente de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento (Nota Explicativa nº 6 – Títulos e valores mobiliários - TVM), sobre critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas Explicativas nº 7 – Operações de crédito e nº 20 – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), e sobre reconhecimento na mensuração de provisão para contingências (Nota Explicativa nº 14 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 30 de junho de 2024 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

#### r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CVM nº 113/2022. O lucro por ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais (Nota Explicativa nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

#### s) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na Nota Explicativa 27.c.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Disponibilidades</b>	<b>54.051</b>	<b>61.049</b>
Disponibilidade em Moeda Nacional	43.474	53.445
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	10.577	7.604
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>1.959.987</b>	<b>1.184.969</b>
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.959.987	1.184.969
<b>Total</b>	<b>2.014.038</b>	<b>1.246.018</b>

## 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>2.229.453</b>	<b>1.509.359</b>
<b>Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada <sup>(1)</sup></b>	<b>1.959.987</b>	<b>1.184.969</b>
Letras Financeiras do Tesouro	269.997	499.977
Letras do Tesouro Nacional	800.000	200.000
Notas do Tesouro Nacional	889.990	484.992
<b>Aplicações Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>269.466</b>	<b>324.390</b>
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	269.466	324.390
<b>Provisão p/ Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(2)</sup></b>	<b>-</b>	<b>(8.023)</b>
<b>Total</b>	<b>2.229.453</b>	<b>1.501.336</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.229.453</b>	<b>1.501.336</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> A variação é decorrente do maior volume em operações compromissadas face ingressos de FNO e Depósitos para Reinvestimentos.

<sup>(2)</sup> A variação decorreu de recuperação de parte do CDI massa falida do Banco Santos.

Não houve registro de provisão para aplicações em depósitos interfinanceiros no 1º semestre de 2024 (R\$ 8.023 em 31/12/2023), em decorrência de recuperação de parte do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) da massa falida do extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e da liquidação.

## 6. Títulos e valores mobiliários (TVM)

### a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Carteira Própria – Livres</b>	<b>18.538.961</b>	<b>15.534.356</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>16.712.524</b>	<b>13.386.348</b>
Letras Financeiras do Tesouro	15.877.431	12.663.769
Letras do Tesouro Nacional	48.704	95.181
Notas do Tesouro Nacional	786.389	627.398
<b>Títulos Privados</b>	<b>1.826.437</b>	<b>2.148.008</b>
Debêntures	277.345	520.122
Cotas de Fundos de Investimento - FIDC	48.047	40.134
Cotas de Fundos de Investimento - Renda Fixa	55.140	51.825
Cotas de Fundos de Investimento - FI REF	871	900
Letras Financeiras	1.445.034	1.535.027
<b>Vinculados a Operações Compromissadas</b>	<b>50.046</b>	<b>-</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>50.046</b>	<b>-</b>
Letras Financeiras do Tesouro	50.046	-
<b>Vinculados a Prestação de Garantias</b>	<b>458.192</b>	<b>565.411</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>458.192</b>	<b>565.411</b>
Letras Financeiras do Tesouro	57.058	54.348
Notas do Tesouro Nacional	401.134	511.063
<b>Total</b>	<b>19.047.199</b>	<b>16.099.767</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.572.917</b>	<b>2.842.528</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>17.474.282</b>	<b>13.257.239</b>

Do montante da carteira de debêntures, o Banco é titular de 50.000 debêntures da via varejo S/A, com valor principal de R\$ 50.000 milhões. Em razão do plano de recuperação extrajudicial e da momentânea ausência de referência no mercado secundário para a marcação a mercado desses ativos, foi utilizada marcação de preço com base no valor presente dos fluxos de caixa contratuais nas novas condições do ativo (CDI+1,5% a.a. atual x CDI+1,9% a.a. anterior). Diante da circular BCB 3.068/2001 foi efetivado o registro de perda de caráter permanente com títulos e valores mobiliários com base nos novos fluxos de caixa reestruturados no valor de R\$ 978. O Banco segue acompanhando a execução do plano de recuperação extrajudicial aprovado pelos debenturistas, bem como o restabelecimento do mercado secundário para o ativo.

A composição da carteira de TVM é resultante das políticas financeiras e adotadas pelo Banco (Declaração de apetite a riscos, Gestão de Capital dentre outras) e da supervisão e monitoramento do Comitê de Ativos e Passivos e do Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e Capital. A maior parte da carteira de TVM está representada pelos títulos públicos correspondendo a 90,4% do total da carteira (86,7% em 31/12/2023).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$ 57.058 (R\$ 54.348 em 31/12/2023) estão vinculados às câmaras de compensação, B<sup>3</sup> - Brasil, Bolsa, Balcão e Nuclea, e R\$ 401.134 (R\$ 511.063 em 31/12/2023) em garantias com operações BB Previdência.

A elevação da carteira de TVM, é decorrente, principalmente, pelo aumento ocorrido nos depósitos para investimentos, os quais são aplicados em operações compromissadas e aquisições de LFTs.

## Classificação dos títulos e valores mobiliários

### a.1) Por vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	Total
<b>1-Títulos Disponíveis p/ Venda</b>	<b>56.011</b>	<b>413.288</b>	<b>1.159.613</b>	<b>5.915.087</b>	<b>3.163.533</b>	<b>7.931.249</b>	<b>407.746</b>	<b>19.046.527</b>
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>192.019</b>	<b>506.073</b>	<b>5.139.641</b>	<b>3.095.197</b>	<b>7.879.414</b>	<b>407.746</b>	<b>17.220.090</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	192.019	457.369	5.139.641	3.052.096	7.143.410	-	15.984.535
Letras do Tesouro Nacional	-	-	48.704	-	-	-	-	48.704
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	43.101	736.004	407.746	1.186.851
<b>Títulos Privados</b>	<b>56.011</b>	<b>221.269</b>	<b>653.540</b>	<b>775.446</b>	<b>68.336</b>	<b>51.835</b>	-	<b>1.826.437</b>
Debêntures	-	20.619	32.359	172.532	-	51.835	-	277.345
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC	-	-	26.381	-	21.666	-	-	48.047
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	55.140	-	-	-	-	-	-	55.140
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	871	-	-	-	-	-	-	871
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	-	200.650	594.800	602.914	46.670	-	-	1.445.034
<b>2-Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	-	-	<b>15</b>	-	-	<b>657</b>	-	<b>672</b>
<b>Títulos Públicos</b>	-	-	<b>15</b>	-	-	<b>657</b>	-	<b>672</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	-	15	-	-	657	-	672
<b>Total 30.06.2024</b>	<b>56.011</b>	<b>413.288</b>	<b>1.159.628</b>	<b>5.915.087</b>	<b>3.163.533</b>	<b>7.931.906</b>	<b>407.746</b>	<b>19.047.199</b>
Total 31.12.2023	52.725	1.333.793	1.399.329	3.046.558	3.828.958	6.131.339	307.065	16.099.767

### a.2) Ajustes de marcação

	30.06.2024				31.12.2023			
	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo
<b>Para Negociação</b>	-	-	-		<b>56.666</b>	<b>56.681</b>	<b>15</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	Nível 1	56.666	56.681	15	Nível 1
<b>Disponíveis para Venda</b>	<b>19.304.157</b>	<b>19.013.096</b>	<b>(291.061)</b>		<b>16.187.057</b>	<b>16.006.610</b>	<b>(180.447)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	15.981.818	15.984.535	2.717	Nível 1	12.659.251	12.661.436	2.184	Nível 1
Letras do Tesouro Nacional	48.653	48.704	51	Nível 1	94.899	95.181	282	Nível 1
Notas do Tesouro Nacional	1.428.236	1.152.364	(275.872)	Nível 1	1.269.788	1.101.909	(167.878)	Nível 1
Debêntures	289.119	278.324	(10.795)	Nível 1	533.399	520.122	(13.277)	Nível 1
Cotas Fundos Invest. - FIDC	48.124	48.124	-	Nível 2	40.210	40.210	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	55.140	55.140	-	Nível 2	51.825	51.825	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - FI REF	871	871	-	Nível 2	900	900	-	Nível 2
Outros Títulos Privados - LF	1.450.636	1.445.034	(5.602)	Nível 2	1.535.225	1.535.027	(198)	Nível 2
Cotas de Renda Variável - FINAM	1.560	-	(1.560)	Nível 1	1.560	-	(1.560)	Nível 1
			-				-	
<b>Mantidos até o Vencimento</b>	<b>672</b>	<b>672</b>	-		<b>1.250</b>	<b>1.250</b>	-	
Notas do Tesouro Nacional	672	672	-	Nível 1	1.250	1.250	-	Nível 1

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.



### a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e as perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.06.2024	31.12.2023
Desvalorização	(1.151.693)	(1.039.681)
Valorização	860.632	859.234
<b>Total</b>	<b>(291.061)</b>	<b>(180.447)</b>

### a.4) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º sem/2024	1º sem/2023
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	99.199	90.252
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.023	9.436
Títulos de Renda Fixa (*)	895.924	868.103
Aplicação Fundos de Investimentos	3.290	1.535
TVM - Ajuste ao Valor de Mercado	(14)	124
TVM - Outras Rendas	1.955	-
<b>Total</b>	<b>1.008.377</b>	<b>969.450</b>

(\*) A variação está relacionada ao aumento do valor da CTVM em decorrência de ingressos de FNO e Depósitos para Reinvestimentos.

## 7. Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.06.2024			31.12.2023		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
<b>Operações de Crédito</b>						
Empréstimos	2.435.920	336.994	2.772.914	2.811.086	288.358	3.099.444
Direitos Cred. Descontados	4.423	3.940	8.363	4.644	4.102	8.746
Financiamentos	9.118.776	196.587	9.315.363	7.423.529	159.602	7.583.131
Financiamentos Rurais	15.375.300	466.927	15.842.227	14.833.357	268.073	15.101.430
<b>Subtotal</b>	<b>26.934.419</b>	<b>1.004.448</b>	<b>27.938.867</b>	<b>25.072.616</b>	<b>720.135</b>	<b>25.792.751</b>
<b>Adiant. s/ contrato câmbio</b>	<b>42.246</b>	<b>-</b>	<b>42.246</b>	<b>31.619</b>	<b>665</b>	<b>32.284</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>26.976.665</b>	<b>1.004.448</b>	<b>27.981.113</b>	<b>25.104.235</b>	<b>720.800</b>	<b>25.825.035</b>
<b>(Provisões)</b>						
(Operações de Crédito)	(453.757)	(563.833)	(1.017.591)	(403.030)	(345.704)	(748.734)
(Câmbio)	(198)	-	(198)	(509)	(665)	(1.174)
<b>Total das provisões</b>	<b>(453.955)</b>	<b>(563.833)</b>	<b>(1.017.789)</b>	<b>(403.539)</b>	<b>(346.369)</b>	<b>(749.908)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>26.522.710</b>	<b>440.615</b>	<b>26.963.324</b>	<b>24.700.696</b>	<b>374.431</b>	<b>25.075.127</b>
<b>Circulante</b>			<b>11.494.107</b>			<b>9.353.660</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>15.469.217</b>			<b>15.721.467</b>

A elevação da carteira de operações de crédito e provisão foi motivada, principalmente, pela expansão da carteira FNO com risco integral do Banco.

### a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

Setor Privado	30.06.2024	% Carteira	31.12.2023	% Carteira
Rural	15.903.178	56,8	15.141.230	58,6
Indústria	1.782.499	6,4	1.867.326	7,2
Comércio	2.829.843	10,1	2.830.878	11,0
Serviços	6.192.984	22,1	4.782.962	18,5
Pessoas Físicas	1.272.609	4,6	1.202.639	4,7
<b>Total da Carteira</b>	<b>27.981.113</b>	<b>100,0</b>	<b>25.825.035</b>	<b>100,0</b>

**b) Concentração dos principais devedores:**

	<b>30.06.2024</b>	<b>% Carteira</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>% Carteira</b>
Maior devedor	800.581	2,9	535.088	2,1
10 maiores devedores	3.511.085	12,6	3.105.108	12,0
50 maiores devedores	4.538.179	16,2	4.478.635	17,3
100 maiores devedores	3.397.971	12,1	3.145.514	12,2
Demais devedores	15.733.297	56,2	14.560.690	56,4
<b>Total</b>	<b>27.981.113</b>	<b>100,0</b>	<b>25.825.035</b>	<b>100,0</b>

Esses créditos apresentam o perfil a seguir, classificados de acordo com a faixa de vencimento das operações:

**c) Operações a vencer**

<b>Nível de Risco</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>31 - 60 dias</b>	<b>61 - 90 dias</b>	<b>91 - 180 dias</b>	<b>181 - 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	<b>Total da carteira</b>
AA	116.608	72.085	61.514	178.853	500.231	6.166.715	7.096.006
A	468.864	540.443	315.686	838.738	2.886.751	8.091.861	13.142.343
B	220.498	151.072	107.049	285.711	729.235	2.661.297	4.154.862
C	47.147	62.224	32.020	151.179	345.846	1.356.664	1.995.080
D	14.204	7.154	4.783	13.846	26.866	63.947	130.800
E	3.833	7.538	2.111	10.587	32.880	108.435	165.384
F	5.049	4.771	2.293	11.034	16.162	54.034	93.343
G	1.860	3.878	307	6.495	13.277	45.420	71.237
H	3.677	11.274	6.012	11.012	28.787	66.848	127.610
<b>Total 30.06.2024</b>	<b>881.740</b>	<b>860.439</b>	<b>531.775</b>	<b>1.507.455</b>	<b>4.580.035</b>	<b>18.615.221</b>	<b>26.976.665</b>
Total 31.12.2023	147.687	377.456	401.328	3.733.444	4.051.118	16.393.202	25.104.235

**d) Operações vencidas**

<b>Nível de Risco</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>31 - 60 dias</b>	<b>61 - 90 dias</b>	<b>91 - 180 dias</b>	<b>181 - 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	<b>Saldo a vencer</b>	<b>Total da carteira</b>
B	66.563	-	-	-	-	-	59.107	125.670
C	30.941	54.543	-	-	-	-	41.764	127.249
D	12.406	13.144	24.619	-	-	-	41.338	91.507
E	4.150	9.949	5.472	20.014	-	-	15.356	54.941
F	15.457	8.016	5.753	25.494	20.353	-	28.970	104.043
G	4.659	6.944	5.624	30.673	5.140	-	13.405	66.445
H	22.431	31.245	18.711	96.285	190.745	1.008	74.168	434.593
<b>Total 30.06.2024</b>	<b>156.607</b>	<b>123.841</b>	<b>60.179</b>	<b>172.466</b>	<b>216.238</b>	<b>1.008</b>	<b>274.108</b>	<b>1.004.448</b>
Total 31.12.2023	118.349	105.252	58.224	111.396	98.359	814	228.405	720.800

**e) Composição das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.06.2024		31.12.2023	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	7.096.007	-	6.229.295	-
A	0,5	13.142.340	(65.712)	11.369.886	(56.849)
B	1	4.280.531	(42.805)	4.197.010	(41.970)
C	3	2.122.328	(63.670)	3.011.584	(90.348)
D	10	222.307	(22.231)	248.163	(24.816)
E	30	220.326	(66.097)	215.830	(64.749)
F	50	197.388	(98.693)	109.513	(54.757)
G	70	137.680	(96.375)	91.115	(63.780)
H	100	562.206	(562.206)	352.639	(352.639)
<b>Total</b>		<b>27.981.113</b>	<b>(1.017.789)</b>	<b>25.825.035</b>	<b>(749.908)</b>

**f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	30.06.2024	30.06.2023
<b>Saldo no início do período</b>	<b>(749.908)</b>	<b>(603.555)</b>
Provisões constituídas	(510.758)	(240.477)
Provisão para operações de crédito	(511.151)	(239.843)
Provisões para operações de crédito	(511.151)	(239.843)
Provisão para câmbio	393	(634)
Provisão para câmbio	(715)	(661)
Reversão de provisão para câmbio	1.108	27
Valores baixados como prejuízo	242.877	108.379
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(1.017.789)</b>	<b>(735.653)</b>

Ao compararmos a constituição de provisão para operações de crédito, bem como o saldo do 1º semestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, observamos um crescimento ligado ao aumento da inadimplência das operações de crédito, renegociações através de recuperação judicial e a mudança de apetite ao risco na carteira de operações de crédito, principalmente com relação a fonte FNO, migrando de risco compartilhado para risco integral do banco.

**g) Receitas de operações de crédito**

	1º sem/2024	1º sem/2023
Empréstimos	234.001	249.998
Direitos Creditórios Descontados	716	1.038
Financiamentos	390.745	293.852
Financiamentos Rurais	605.082	417.179
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	30.810	38.211
Rendas de Repasses Interfinanceiros	9.881	10.003
<b>Total</b>	<b>1.271.235</b>	<b>1.010.281</b>

**h) Operações renegociadas e recuperadas**

	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Renegociadas (*)</b>	<b>90.656</b>	<b>63.185</b>
Carteira Comercial	8.249	11.252
Carteira de Fomento	82.407	51.933
<b>Recuperadas</b>	<b>30.810</b>	<b>38.211</b>
Carteira Comercial	8.911	16.039
Carteira de Fomento	19.939	22.150
Câmbio	807	-
Outros - FNO Risco 100%	1.153	22

(\*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

As renegociações ocorridas no 1º semestre de 2024 tiveram crescimento de 43,5% em relação ao mesmo período de 2023. O volume financeiro mais significativo de renegociação, ficou concentrado em ações de caráter administrativo, de iniciativa do Banco. Em 2024, em consequência das melhorias sistêmicas, os números de renegociações realizadas de forma automática foram potencializados alcançando 75% dos processos.

No que se refere às operações recuperadas, houve decréscimo na ordem de 19,4%, comparativamente ao mesmo período do de 2023.

## 8. Outros instrumentos financeiros e outros ativos

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Relações Interfinanceiras e Interdependências</b>	<b>940.225</b>	<b>805.425</b>
Relações Interfinanceiras	939.041	805.425
Direitos junto Participantes Sistema de Liquidação	4.246	692
Créditos Vinculados	626.444	480.480
Repasses Interfinanceiros (*)	308.351	324.253
Devedores por Repasses de Outros Recursos (nota nº 20)	308.376	324.285
(-) Provisão para Perdas em Repasses Interfinanceiros (nota nº 20)	(25)	(32)
Relações Interdependências	1.184	-
<b>Carteira de Câmbio</b>	<b>46.687</b>	<b>31.150</b>
<b>Outros Instrumentos Financeiros</b>	<b>139.008</b>	<b>174.929</b>
Rendas a Receber	64.608	63.896
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.b.1)	49.624	48.364
Pagamentos a Ressarcir	23.816	61.709
Títulos e Créditos a Receber	960	960
Sem Característica de Concessão de Crédito	960	960
<b>Outros Ativos</b>	<b>60.598</b>	<b>59.565</b>
Devedores para Apuração de Responsabilidades	79.704	80.177
(-) Provisão para Apuração de Responsabilidades	(79.704)	(80.177)
Demais Ativos	60.598	59.565
<b>Total</b>	<b>1.186.518</b>	<b>1.071.069</b>
<b>Circulante</b>	<b>920.461</b>	<b>777.700</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>266.057</b>	<b>293.369</b>

(\*) Estão registrados os repasses com recurso do FNO, risco integral, para outras instituições financeiras, por decisão administrativa do Banco.

O saldo de devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$ 79.704 (R\$ 80.177 em 31/12/2023), corresponde ao registro de eventos classificados como risco operacional. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

### a) Movimentação da provisão para perdas em repasses interfinanceiros

A provisão para perdas em repasses interfinanceiros apresentou a seguinte movimentação:

	30.06.2024	30.06.2023
<b>Saldo no início do período</b>	<b>(32)</b>	<b>(3.555)</b>
Provisões constituídas	7	3.524
Reversão de Provisão para Repasses interfinanceiros	7	3.524
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(25)</b>	<b>(31)</b>

**9. Imobilizado de uso e intangível**

**a) Imobilizado de uso**

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Imóveis de Uso</b>	<b>109.783</b>	<b>109.552</b>
Terrenos	15.399	15.399
Edificações	94.384	94.153
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>	<b>280.638</b>	<b>271.865</b>
Móveis e Equipamentos em Estoque	746	746
Imobilizações em Curso	20.744	20.028
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	79.249	76.853
Instalações	11.517	11.299
Móveis e equipamentos de uso	67.732	65.554
Outras	179.899	174.238
Sistema de Comunicação	3.128	3.106
Sistema de Processamento de Dados	163.232	157.593
Sistema de Segurança	13.464	13.464
Outros imobilizados de uso	75	75
<b>Subtotal</b>	<b>390.421</b>	<b>381.417</b>
<b>(-) Depreciações Acumuladas</b>	<b>(277.676)</b>	<b>(269.271)</b>
<b>Total</b>	<b>112.745</b>	<b>112.146</b>

**b) Intangível**

	30.06.2024	31.12.2023
Softwares Desenvolvidos (*)	389.569	388.482
(-) Amortização Acumulada	(298.714)	(286.771)
<b>Total</b>	<b>90.855</b>	<b>101.711</b>

(\*) A variação positiva é referente a novas aquisições.

A movimentação do imobilizado de uso e intangível no período está demonstrada abaixo:

	SalDOS em 31.12.2023	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	SalDOS em 30.06.2024
Imobilizado de Uso	112.146	9.004	-	(8.405)	112.745
Intangível	101.712	1.087	-	(11.944)	90.855
<b>Total</b>	<b>213.858</b>	<b>10.091</b>	<b>-</b>	<b>(20.349)</b>	<b>203.600</b>

	SalDOS em 31.12.2022	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	SalDOS em 30.06.2023
Imobilizado de uso	119.814	3.638	(455)	(9.257)	113.740
Intangível	110.687	1.413	-	(13.154)	98.946
<b>Total</b>	<b>230.501</b>	<b>5.051</b>	<b>(455)</b>	<b>(22.411)</b>	<b>212.686</b>

A Resolução CMN n° 4.957/2021 estabeleceu o limite de 50% do patrimônio de referência ajustado para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2024	31.12.2023
Limite para Imobilização	3.219.968	2.890.807
(-) Situação	(203.641)	(213.900)
Margem	3.016.327	2.676.907
Índice de Imobilização	3,2%	3,7%

## 10. Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

### a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.06.2024	Total em 31.12.2023
<b>À Vista</b> <sup>(1)</sup>	<b>3.390.950</b>	-	-	<b>3.390.950</b>	<b>2.349.405</b>
<b>Poupança</b>	<b>762.959</b>	-	-	<b>762.959</b>	<b>725.983</b>
<b>Interfinanceiros</b>	-	-	-	-	<b>379.287</b>
<b>A Prazo</b>	<b>6.833.072</b>	<b>839.192</b>	<b>1.473.752</b>	<b>9.146.016</b>	<b>7.868.096</b>
A prazo	310.433	839.192	1.473.752	2.623.377	2.430.848
Judiciais com Remuneração	79.951	-	-	79.951	73.698
Especiais com Remuneração	6.442.688	-	-	6.442.688	5.363.550
Sudam <sup>(2)</sup>	5.523.442	-	-	5.523.442	4.487.338
Finam <sup>(3)</sup>	879.636	-	-	879.636	840.666
Outros	39.610	-	-	39.610	35.546
<b>Total</b>	<b>10.986.981</b>	<b>839.192</b>	<b>1.473.752</b>	<b>13.299.925</b>	<b>11.322.771</b>
<b>Circulante</b>				<b>11.826.173</b>	<b>10.033.092</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>1.473.752</b>	<b>1.289.679</b>

<sup>(1)</sup> Classificados no prazo de até três meses, sem considerar a média histórica do giro.

<sup>(2)</sup> Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, conforme art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

<sup>(3)</sup> Refere-se ao Fundo de investimento da Amazônia, benefício fiscal operado pelo Banco da Amazônia S.A, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

### b) Captações no mercado aberto e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, registraram o volume de 50.000 em 30/06/2024 (não houve registro em 31/12/2023) e foram negociadas, ao longo do período, a uma taxa média (Selic) anualizada de 10,6% (13,5% em 31/12/2023) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

As obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio totalizaram R\$ 747.081 no período e estão alocadas no curto prazo (R\$ 778.601 em 31/12/2023, no curto prazo).

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

### c) Despesas de captações no mercado

	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Despesas de Captações c/ Depósitos</b>	<b>(524.303)</b>	<b>(472.593)</b>
A Prazo	(132.591)	(111.565)
Poupança	(23.775)	(28.284)
Especiais	(308.274)	(290.672)
Interfinanceiros	(16.434)	(6.221)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(36.970)	(30.106)
Judiciais	(2.542)	(2.754)
Fundo Garantidor de Créditos	(3.717)	(2.991)
<b>Desp. de Captações Mercado Aberto (Carteira Própria)</b>	<b>(2.625)</b>	<b>(4.746)</b>
<b>Total</b>	<b>(526.928)</b>	<b>(477.339)</b>

O avanço nas despesas de captação foi motivado por maior volume nos depósitos e pela taxa de juros, principalmente em: especiais, LCA e depósitos a prazo.

## 11. Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de junho de 2024 é de R\$ 48.399, com vencimento no curto prazo (R\$ 30.892 em 31/12/2023), referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 7,0% a.a. (7,2% a.a. em 31/12/2023) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (Dólares Norte-Americanos), com vencimento no curto prazo, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

## 12. Obrigações por repasses

### a) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

#### a.1) Classificação por encargos financeiros e prazo de liquidação

	30.06.2024			31.12.2023		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	3,0	12.217	5,2	4,0	14.064
BNDES Industrial	3,0	9,0	182.278	3,2	9,9	192.223
BNDES Rural	3,8	3,8	135.283	3,8	4,6	158.948
BNDES Comércio	4,8	6,7	25.552	4,8	7,4	28.134
BNDES Serviços	6,6	1,9	151	6,6	2,7	236
Finame Industrial	3,5	1,0	894	3,1	1,5	1.885
Finame Rural	6,3	2,0	11.480	6,1	2,9	15.579
Finame Comércio	5,1	4,6	866	5,2	4,4	1.130
Finame Serviços	3,8	3,2	1.524	3,2	3,0	1.565
Fungetur (*)	3,2	3,8	23.814	-	-	23.853
STN OGU	0,5	1,0	595	0,5	1,3	599
<b>Total</b>			<b>394.654</b>			<b>438.216</b>
<b>Circulante</b>			<b>57.634</b>			<b>67.025</b>
<b>Não circulante</b>			<b>337.020</b>			<b>371.191</b>

(\*) O Banco opera os recursos do Fundo Geral de Turismo - Fungetur, em conformidade com a Portaria MTur nº 666/2020 e tendo por finalidade o fomento e a provisão de recursos para o financiamento de empreendimentos turísticos considerados de interesse ao desenvolvimento do turismo nacional. O recurso é atualizado monetariamente com base na variação da taxa Selic e INPC.

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa nº 27.a.

#### a.2) Classificação por faixa de vencimento:

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	355	641	962	1.924	7.694	641	-	12.217
BNDES Industrial	1.820	2.155	1.065	8.306	24.529	23.737	120.666	182.278
BNDES Rural	-	3.665	1.511	1.647	64.459	49.642	14.359	135.283
BNDES Comércio	574	993	489	3.894	8.160	5.790	5.652	25.552
BNDES Serviços	20	39	19	35	38	-	-	151
Finame Industrial	120	346	225	135	34	34	-	894
Finame Rural	67	2.225	25	1.159	-	-	8.004	11.480
Finame Comércio	61	24	33	76	312	302	58	866
Finame Serviços	68	136	183	353	468	235	81	1.524
Fungetur	21.149	-	182	363	1.454	666	-	23.814
STN OGU(*)	467	120	1	2	5	-	-	595
<b>Total 30.06.2024</b>	<b>24.701</b>	<b>10.344</b>	<b>4.695</b>	<b>17.894</b>	<b>107.153</b>	<b>81.047</b>	<b>148.820</b>	<b>394.654</b>
Total 31.12.2023	27.279	9.209	3.412	27.125	120.225	90.967	159.999	438.216

(\*) Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$ 595 (R\$ 599 em 31/12/2023).



**b) Despesas de obrigações para empréstimos e repasses**

	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Despesas de obrigações p/empréstimos e repasses</b>	<b>(23.396)</b>	<b>(23.936)</b>
Tesouro Nacional	-	(11)
BNDES	(13.772)	(21.899)
Finame	(718)	(859)
Finep	-	(1)
Fungetur	(1.192)	-
Com banqueiros no exterior	(7.714)	(1.166)
<b>Despesas de obrigações p/fundos fin. desenvolvimento (*)</b>	<b>(969.162)</b>	<b>(696.973)</b>
<b>Total</b>	<b>(992.558)</b>	<b>(720.909)</b>

(\*) O principal valor está relacionado à atualização de recursos do FNO aplicados em operações com risco 100%, impactadas pelo aumento nas liberações de repasses próprios.

**13. Outros passivos**

**a) Sociais e estatutárias**

	30.06.2024	31.12.2023
Remuneração do capital a pagar (*)	1.325	358.891
Provisão para participação nos lucros	2.517	93.171
<b>Total</b>	<b>3.842</b>	<b>452.062</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.842</b>	<b>452.062</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) A variação verificada entre os períodos decorre do pagamento de JCP ocorrido em Maio/2024, e o valor que permanece é referente a JCP/Dividendos de exercícios anteriores, conforme prazo de prescrição constante da Lei nº 6.404/1976, art. 287, inciso II alínea a.

**b) Fundos financeiros e de desenvolvimento**

	30.06.2024	31.12.2023
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) (*) (nota nº 20)	26.040.898	22.176.613
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	61.686	60.081
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	59.822	63.847
Outros	78	78
<b>Total</b>	<b>26.162.484</b>	<b>22.300.619</b>
<b>Circulante</b>	<b>12.268.948</b>	<b>22.252.558</b>
<b>Não circulante</b>	<b>13.893.536</b>	<b>48.061</b>

(\*) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da Lei Ordinária nº 14.227 de 20 de outubro de 2021 (nota nº 20), não apresentando vencimento.

**c) Outros passivos financeiros**

	30.06.2024	31.12.2023
Cheques administrativos	8	8
Contrato de assunção de obrigações	2	2
Obrigações por aquisição de bens e direitos	41.033	54.685
Obrigações por convênios oficiais	27	6.631
Obrigações por prestação de serviços	121	125
Parcelas de operações de crédito – securitização	543	494
Levantamento de depósitos recursais (nota nº 14.b.1)	18.331	18.288
Credores diversos – imobilizações	1.818	1.818
Recebimento de recursos para aval	25.389	20.500
Demais	65.514	52.514
<b>Total</b>	<b>152.786</b>	<b>155.065</b>
<b>Circulante</b>	<b>152.786</b>	<b>155.065</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



**d) Demais instrumentos financeiros**

	30.06.2024	31.12.2023
Relações Interfinanceiras e Interdependências	22.424	9.210
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	5.795	3.392
<b>Total</b>	<b>28.219</b>	<b>12.602</b>
<b>Circulante</b>	<b>28.219</b>	<b>12.602</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**14. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As provisões estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Provisão para pagamentos a efetuar</b> <sup>(1)</sup>	<b>162.300</b>	<b>392.599</b>
<b>Provisão para garantias financeiras prestadas</b>	<b>1.693.557</b>	<b>1.610.416</b>
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.668.528	1.585.610
FDA (nota nº 19)	24.646	24.404
SEC 1 Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995 <sup>(2)</sup>	378	397
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
<b>Provisão para passivos atuariais</b> (nota nº 25.a) <sup>(3)</sup>	<b>1.079.311</b>	<b>1.146.731</b>
Planos de benefício definido	780.266	793.929
BD liquidado	690.346	697.440
Misto liquidado	38.159	38.884
Assistidos pelo Banco	51.761	57.605
Outros - auxílio saúde	299.045	352.802
<b>Provisão para demandas judiciais</b> <sup>(4)</sup>	<b>130.272</b>	<b>131.847</b>
Ações trabalhistas (Indenizações)	76.979	76.889
Ações cíveis	46.475	48.463
Ações fiscais	2.696	1.974
Ações trabalhistas (Capaf)	4.122	4.521
<b>Provisão para planos saldados</b> (nota nº 25.b) <sup>(4)</sup>	<b>352.058</b>	<b>407.687</b>
Plano BD	323.106	364.758
Plano misto	28.952	42.929
<b>Provisões diversas</b> <sup>(4)</sup>	<b>349</b>	<b>349</b>
Desvalorização de bens	349	349
<b>Total</b>	<b>3.417.847</b>	<b>3.689.629</b>
<b>Circulante</b>	<b>892.978</b>	<b>1.041.976</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.524.869</b>	<b>2.647.653</b>

<sup>(1)</sup> A queda se deu pela devolução ao FNO dos valores provisionados da taxa de administração que foram recebidos a maior dos períodos de 2021 e 2022, conforme Ofício SNFI-MIDR nº 24/2024 (nota nº 20).

<sup>(2)</sup> Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta “Coobrigações em cessões de crédito”, do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2024, o montante corresponde a R\$ 4.397 (R\$ 4.663 em 31/12/2023).

<sup>(3)</sup> Através da IN BCB nº 275, de 01 de abril de 2022, o Bacen criou contas de “Passivos atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

<sup>(4)</sup> A movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e provisões diversas está especificada na nota explicativa nº 14.c.

**a) Provisão para garantias financeiras prestadas**

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

	Saldos em 31.12.2023	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 30.06.2024
Risco FNO Rural (nota nº 20)	637.969	130.197	(40.854)	(5.160)	722.152
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	947.641	59.637	(60.902)	-	946.376
SEC 1 (cessão de crédito – Lei 9.138/1995)	397	-	-	(19)	378
FDA (nota nº 19)	24.404	1.177	(706)	(229)	24.646
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia (Fider)	5	-	-	-	5
<b>Total</b>	<b>1.610.416</b>	<b>191.011</b>	<b>(102.462)</b>	<b>(5.408)</b>	<b>1.693.557</b>

	Saldos em 31.12.2022	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 30.06.2023
Risco FNO Rural (nota nº 20)	615.694	66.491	(35.476)	-	646.709
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	926.379	119.471	(52.287)	-	993.563
SEC 1 (cessão de crédito – Lei 9.138/1995)	302	267	-	-	569
FDA (nota nº 19)	24.341	1.182	(655)	(195)	24.673
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia (Fider)	5	-	-	-	5
<b>Total</b>	<b>1.566.721</b>	<b>187.411</b>	<b>(88.418)</b>	<b>(195)</b>	<b>1.665.519</b>

### b) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica. Os valores são atualizados através da perda média ou da apuração individual, conforme melhor estimativa para o processo, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente.

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

O Banco preconiza a mensuração e divulgação tanto da provisão quanto do passivo contingente, em conformidade com normas e regulamentações internas e externas.

Em função das atividades que desenvolve, o Banco possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

#### b.1) Levantamento de depósitos recursais

Em 30 de junho de 2024, os levantamentos de depósitos recursais alcançaram o montante de R\$ 18.331 (R\$ 18.288 em 31/12/2023) e estão registrados na rubrica “Outros passivos financeiros” (Nota Explicativa nº 13.c).

Encontram-se registrados na rubrica “Outros instrumentos financeiros” os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão de R\$ 23.913 (R\$ 23.659 em 31/12/2023), relativa aos depósitos recursais baixados em outras instituições financeiras.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.06.2024	31.12.2023
Demandas trabalhistas	72.419	70.905
(-) Provisão p/devedores depósitos recursais	(23.913)	(23.659)
Demandas fiscais	348	348
Demandas cíveis	770	770
<b>Total (nota nº 8)</b>	<b>49.624</b>	<b>48.364</b>

#### b.2) Ações trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros.

#### b.3) Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores, a maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua certidão de regularidade fiscal.

#### b.4) Ações cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na

maioria das vezes processadas e julgadas nos juizados especiais cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$ 9.898 (R\$ 4.262 em 31/12/2023).

#### **b.5) Outras contingências - Capaf**

Nos valores registrados em outras contingências-Capaf constam provisões para cobrir ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

#### **c) Movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas**

A movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Dev. Bens	Total
<b>Saldo no início do período</b>	<b>76.889</b>	<b>48.463</b>	<b>1.974</b>	<b>4.521</b>	<b>407.687</b>	<b>349</b>	<b>539.883</b>
Adições	43.711	27.105	1.370	-	-	-	72.186
Atualização monetária	-	-	-	-	18.840	-	18.840
Baixa por pagamento	(22.861)	(22.780)	(647)	-	(74.469)	-	(120.757)
Reversão da provisão	(20.760)	(6.313)	(1)	(399)	-	-	(27.473)
<b>Saldo no final do período (nota nº 14)</b>	<b>76.979</b>	<b>46.475</b>	<b>2.696</b>	<b>4.122</b>	<b>352.058</b>	<b>349</b>	<b>482.679</b>

#### **d) Cronograma esperado de desembolsos**

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Dev. bens	Total
Até 5 anos	49.614	16.983	2.400	490	243.852	349	313.688
De 5 anos a 10 anos	17.052	15.316	68	1.171	108.206	-	141.813
Acima de 10 anos	10.313	14.176	228	2.461	-	-	27.178
<b>Total</b>	<b>76.979</b>	<b>46.475</b>	<b>2.696</b>	<b>4.122</b>	<b>352.058</b>	<b>349</b>	<b>482.679</b>

O cenário composto pela imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como, a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

#### **e) Demandas judiciais – perda possível**

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

<b>Demandas judiciais – Possíveis</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Causas fiscais	35.664	36.150
Causas trabalhistas	48.003	27.648
Causas cíveis	830.463	782.299
Causas Capaf	411	411
<b>Total</b>	<b>914.541</b>	<b>846.508</b>

Dentre as demandas judiciais possíveis, as causas cíveis, estão compostas pelos processos classificados a seguir:

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Causas Cíveis – Possíveis</b>		
Anulação de contrato	5.466	3.592
Cotas Finam	26.740	4.717
Criminal	702	702
Danos morais e materiais	143.260	147.979
Debêntures do Finam	5.616	5.616
Exclusão de restritivos	7.131	7.089
Fundos Banco Santos	54	89
Honorários advocatícios	434.918	434.979
Inexistência de débitos	24.568	34.337
Planos Econômicos	96	57
Revisional	167.751	142.206
Obrigação de Fazer	13.256	936
Concurso Público	905	-
<b>Total</b>	<b>830.463</b>	<b>782.299</b>

As maiores variações verificadas (Revisional, Cotas Finam e Obrigação de fazer) são decorrentes da análise de classificação de prognóstico, realizada conforme normativos vigentes.

## 15. Patrimônio líquido

### a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30.06.2024	31.12.2023
Patrimônio líquido do Banco da Amazônia	6.461.355	5.883.325
Valor patrimonial por ação (R\$) <sup>(1)</sup>	115,26	104,95
Valor de mercado por ação (R\$) <sup>(2)</sup>	89,00	95,00

<sup>(1)</sup> Calculado com base no patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.

<sup>(2)</sup> Cotação de fechamento do mês, conforme B<sup>3</sup> - Brasil, Bolsa, Balcão.

### b) Capital social

Em 30 de junho de 2024, conforme estatuto social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.654.918 (R\$ 3.654.918 em 31/12/2023) e está representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (56.058.315 ações ordinárias nominativas em 31/12/2023).

Quantidade de ações	30.06.2024	31.12.2023
Domiciliados no país	56.041.842	56.040.242
Domiciliados no exterior	16.473	18.073
<b>Total</b>	<b>56.058.315</b>	<b>56.058.315</b>

A participação acionária no capital do Banco está assim distribuída:

	30.06.2024		31.12.2023	
	Ações	% Total	Ações	% Total
<b>União</b>	<b>54.379.991</b>	<b>97,0</b>	<b>54.379.991</b>	<b>97,0</b>
Administração direta – Ministério da Fazenda	41.098.877	73,3	41.098.877	73,3
Administração indireta	13.281.114	23,7	13.281.114	23,7
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de investimento multimercado	10.427.301	18,6	10.427.301	18,6
BB FGO - Fundo investimento em ações	2.853.813	5,1	2.853.813	5,1
<b>Em circulação</b>	<b>1.678.324</b>	<b>3,0</b>	<b>1.678.324</b>	<b>3,0</b>
<b>Total</b>	<b>56.058.315</b>	<b>100,0</b>	<b>56.058.315</b>	<b>100,0</b>

### c) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$ 16.616 (R\$ 16.944 em 31/12/2023) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$ 328, decorrentes de depreciação (R\$ 656 em 31/12/2023). Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

#### d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período é destinado, no mínimo, 80% do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das reservas de capital e de lucros:

	30.06.2024	31.12.2023
Reservas de capital	2.253	2.253
Reservas de lucros	3.226.766	2.687.292
Legal	343.953	316.996
Estatutária	2.754.684	2.370.296
Especial para dividendos não distribuídos	128.129	-

#### e) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme quadro a seguir:

	30.06.2024	30.06.2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas	539.146	565.925
Quantidade de ações (em unidades) <sup>(1)</sup>	56.058.315	56.058.315
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	9,61759	10,09529

#### f) Outros resultados abrangentes

São registrados os ganhos ou as perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(422.582)</b>	<b>(461.138)</b>
Reserva de reavaliação	16.616	16.944
Ajuste de avaliação patrimonial	(439.198)	(478.082)
Títulos disponíveis para venda	(160.341)	(99.948)
Ajustes de avaliação atuarial	(278.857)	(378.134)

#### g) Destinação do lucro líquido

	30.06.2024	30.06.2023
Lucro líquido	539.146	565.925
Reserva legal (5% s/lucro líquido)	(26.957)	(28.296)
Saldo após a reserva legal	512.189	537.629
Realização da reserva de reavaliação	328	328
Base de cálculo para distribuição	512.517	537.957
Dividendos provisionados (25% da base de cálculo)	(128.129)	(134.489)
Reserva estatutária	(384.388)	(403.468)

## 16. Tributos

### a) Provisões constituídas

Neste período o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.06.2024		30.06.2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Resultado antes da tributação e participações</b>	<b>645.161</b>	<b>645.161</b>	<b>674.620</b>	<b>674.620</b>
Participações estatutárias	(261)	(261)	-	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL	644.900	644.900	674.620	674.620
Exclusões líquidas caráter permanente	(551.844)	(552.105)	(398.299)	(398.299)
Adições líquidas caráter temporário	637.793	637.793	322.014	322.014
<b>Lucro tributável antes compensações</b>	<b>730.849</b>	<b>730.588</b>	<b>598.335</b>	<b>598.335</b>
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
<b>Valores devidos pela alíquota normal</b>	<b>109.627</b>	<b>146.118</b>	<b>89.750</b>	<b>119.667</b>
Adicional de imposto de renda (10%)	73.073	-	59.822	-
Incentivos	(3.993)	-	(3.916)	-
<b>Valores devidos</b>	<b>178.707</b>	<b>146.118</b>	<b>145.656</b>	<b>119.667</b>
Realização reserva reavaliação e diferido s/MTM	(153)	(122)	(119)	(94)
<b>Valores registrados em resultado antes ativação</b>	<b>178.554</b>	<b>145.996</b>	<b>145.537</b>	<b>119.573</b>
Crédito tributário s/diferenças temporárias	(121.553)	(97.243)	(86.897)	(69.518)
<b>Valores efetivamente registrados no resultado</b>	<b>57.001</b>	<b>48.753</b>	<b>58.640</b>	<b>50.055</b>
% despesa efetiva em relação ao lucro antes IRPJ/CSLL	8,8	7,6	8,7	7,4

### b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como ativo fiscal diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Relativamente aos planos de benefícios saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos 10 anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Resolução CVM nº 110/2022, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos planos de benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e pela Resolução Bacen nº 2/2020.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.



**c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no patrimônio líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de junho de 2024:

	31.12.2023	Constituição	Realizado	30.06.2024
<b>Imposto de renda</b>				
Provisão trabalhista	81.410	43.711	44.020	81.101
Provisão para risco de crédito – Banco	792.619	511.866	31.918	1.272.567
Provisão para risco de crédito – FNO	775.905	171.278	91.682	855.501
Auxílio pós-emprego	275.896	2.565	202.045	76.416
Planos saldados	407.687	18.839	74.469	352.057
Desv. marcação a mercado – Título disponível p/ venda	195.018	101.750	-	296.768
Provisão para passivos legais e judiciais	46.174	21.667	28.570	39.271
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	684	3.089	-	3.773
Outras provisões	118.022	7.430	2.032	123.420
<b>Base de cálculo</b>	<b>2.693.415</b>	<b>882.195</b>	<b>474.736</b>	<b>3.100.874</b>
<b>Imposto de renda diferido (25%)</b>	<b>673.353</b>	<b>220.549</b>	<b>118.683</b>	<b>775.219</b>
<b>Contribuição social</b>				
Provisão trabalhista	81.410	43.711	44.020	81.101
Provisão para risco de crédito – Banco	792.619	511.866	31.918	1.272.567
Provisão para risco de crédito – FNO	775.905	171.278	91.682	855.501
Auxílio pós-emprego	275.896	2.565	202.045	76.416
Planos saldados	407.687	18.839	74.469	352.057
Desv. marcação a mercado – Título disponível p/ venda	195.018	101.750	-	296.768
Provisão para passivos legais e judiciais	46.174	21.667	28.570	39.271
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	684	3.089	-	3.773
Outras provisões	110.990	7.430	2.032	116.388
<b>Base de cálculo</b>	<b>2.686.383</b>	<b>882.195</b>	<b>474.736</b>	<b>3.093.842</b>
<b>Contribuição social diferida (20%)</b>	<b>537.277</b>	<b>176.438</b>	<b>94.947</b>	<b>618.768</b>
<b>Total do crédito tributário</b>	<b>1.210.630</b>	<b>396.987</b>	<b>213.630</b>	<b>1.393.987</b>

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelece o CMN/Bacen e são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme recomenda a Res. Bacen nº 2/2020, independentemente da expectativa de realização.

**d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de junho de 2024, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos tributários	2024	2025	2026	2027	2028	De 2029 a 2033	Total
Crédito tributário de I.R	149.361	90.835	87.888	44.935	40.198	362.001	<b>775.218</b>
Crédito tributário de C. Social	119.489	72.668	70.311	35.948	32.159	288.194	<b>618.769</b>
<b>Total – valores nominais</b>	<b>268.850</b>	<b>163.503</b>	<b>158.199</b>	<b>80.883</b>	<b>72.357</b>	<b>650.195</b>	<b>1.393.987</b>
Índice acumulado a.a (%)	1,11	1,21	1,33	1,45	1,57	-	-
<b>Valor presente destes ativos</b>	<b>243.303</b>	<b>134.792</b>	<b>119.215</b>	<b>55.781</b>	<b>46.146</b>	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

**e) Créditos tributários não ativados**

Ao final deste período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no total de R\$ 677.533 (R\$ 609.329 em 31/12/2023).

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os dez anos, conforme definido no estudo técnico como critério para ativação.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.06.2024	31.12.2023
Provisão FNO	351.796	333.239
Provisão auxílio pós emprego	933.459	870.834
Provisão ativos atuariais – CAPAF	177.205	107.769
Outras provisões	44.037	43.089
<b>Total das provisões</b>	<b>1.506.497</b>	<b>1.354.931</b>
Créditos tributários (CSLL) <sup>(1)</sup>	301.299	270.986
Créditos tributários (IRPJ) <sup>(2)</sup>	376.234	338.343
<b>Total créditos tributários não ativados (IRPJ e CSLL)</b>	<b>677.533</b>	<b>609.329</b>

<sup>(1)</sup> CSLL - alíquota de 20% a partir de março/2020.

<sup>(2)</sup> IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do crédito tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$ 1.560 de acordo com o artigo nº 510 do Decreto nº 9.580/2018.

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

#### f) Impostos e contribuições a compensar

Em 30 de junho de 2024, os “Impostos e contribuições a compensar” alcançaram o montante de R\$ 13.201 (R\$ 11.773 em 31/12/2023) e estão registrados na conta “Ativos fiscais correntes e diferidos”.

#### g) Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30.06.2024	31.12.2023
Fiscais e previdenciárias	272.125	132.764
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros <sup>(1)</sup>	233.995	78.698
Impostos e contribuições a recolher	38.130	54.066
Provisões para Impostos e contribuições diferidos <sup>(2)</sup>	10.370	15.778
<b>Total</b>	<b>282.495</b>	<b>148.542</b>
<b>Circulante</b>	<b>40.294</b>	<b>56.001</b>
<b>Não circulante</b>	<b>242.201</b>	<b>92.541</b>

<sup>(1)</sup> O avanço observado neste período se deu pelo aumento da base de cálculo do Lucro Real decorrente da queda das exclusões líquidas e, ainda, pela não utilização do JCP.

<sup>(2)</sup> É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre marcação a mercado e reavaliação.

### 17. Desdobramento das contas de resultado

Os itens mais relevantes que compõem as contas de resultado estão a seguir demonstrados:

#### a) Receitas de prestação de serviços

	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Administração de fundos e programas</b>	<b>242.811</b>	<b>251.531</b>
FNO (nota nº 20) <sup>(1)</sup>	233.412	243.173
Art 19 da Lei nº 8.167/1991	252	312
Finam (nota nº 18)	8.959	7.777
Outras - FDA <sup>(2)</sup>	188	269
<b>Outros serviços</b>	<b>28.855</b>	<b>15.709</b>
Demais rendas	28.855	15.709
<b>Sub-total</b>	<b>271.666</b>	<b>267.240</b>
<b>Rendas de tarifas bancárias</b>	<b>131.049</b>	<b>124.236</b>
Pessoa física	76.905	83.786
Pessoa jurídica	54.144	40.450
<b>Total</b>	<b>402.715</b>	<b>391.476</b>

<sup>(1)</sup> A redução observada, entre os períodos, se deve à nova metodologia de cálculo do FNO.

<sup>(2)</sup> Trata-se de remuneração especial, correspondendo à taxa de 1,5% a.a nas operações do FDA, em conformidade com Decreto nº 4.254/2002, artigo 3º, inciso II, alínea B (Incluído pelo Decreto nº 5.593/2005).



**b) Despesas com pessoal**

	1º sem/2024	1º sem/2023
Honorários	(2.174)	(2.358)
Benefícios	(51.878)	(45.192)
Encargos sociais	(90.969)	(84.112)
Proventos	(216.779)	(195.267)
Treinamento	(1.907)	(2.412)
Remuneração de estagiários	(1.634)	(1.378)
<b>Total</b>	<b>(365.341)</b>	<b>(330.719)</b>

**c) Outras despesas administrativas**

	1º sem/2024	1º sem/2023
Água, energia e gás	(6.743)	(6.080)
Aluguéis	(9.571)	(9.510)
Processamento de dados	(33.894)	(38.807)
Comunicações	(9.189)	(7.612)
Manutenção e conservação de bens	(9.891)	(7.375)
Material	(65)	(173)
Serviços de terceiros	(28.041)	(15.073)
Vigilância e segurança	(17.112)	(19.916)
Serviços do sistema financeiro	(12.957)	(10.500)
Promoções e relações públicas	(5.416)	(4.784)
Propaganda e publicidade	(4.479)	(3.738)
Publicações oficiais	(1.222)	(1.475)
Serviços técnicos especializados	(11.846)	(12.358)
Transporte	(7.378)	(7.741)
Viagens	(3.652)	(2.425)
Depreciação (nota nº 9)	(8.405)	(9.257)
Amortização (nota nº 9)	(11.944)	(13.154)
Demais despesas administrativas	(5.662)	(5.008)
<b>Total</b>	<b>(187.467)</b>	<b>(174.986)</b>

**d) Despesas tributárias**

	1º sem/2024	1º sem/2023
ISS	(6.461)	(6.389)
Cofins	(62.814)	(64.178)
PIS/Pasep	(10.207)	(10.429)
Demais tributos	(3.975)	(10.032)
<b>Total</b>	<b>(83.457)</b>	<b>(91.028)</b>

**e) Demais receitas e despesas operacionais e despesas de provisões**

<b>Demais receitas operacionais</b>	1º sem/2024	1º sem/2023
Reversão de provisões	34.041	75.402
Reversão de provisões contingenciais <sup>(*)</sup>	27.473	57.249
Reversão de PCLD do FNO	5.160	-
Reversão de outras provisões operacionais	1.408	18.153
Rendas de <i>del credere</i> – FDA	1.935	2.017
Receita variação taxas - FMM	88	7.072
Receita variação taxa câmbio	-	3.781
Multas – operações crédito geral	1.375	1.694
Rendas s/depósito compulsório	4.956	5.886
Rendas de atualização Selic sobre tributos a compensar	503	3.205
Atualização de devoluções judiciais trabalhistas	191	446
Demais	1.333	1.123
<b>Total</b>	<b>44.422</b>	<b>100.626</b>

<sup>(\*)</sup>No valor apresentado neste período, destaque para a conta de contingências judiciais trabalhistas.

	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Demais despesas operacionais</b>		
Despesas de variação de taxa FMM	-	(4.004)
Despesa de variação taxa câmbio	(984)	(714)
Grade de eventos perdas operacionais <sup>(1)</sup>	(365)	(969)
Despesas s/saldos credores do INSS	(359)	(455)
Dividendos a pagar juros s/capital	(13.402)	(12.861)
Despesas desconto concedido renegociação	(4.662)	(3.398)
Pagamento de causas <sup>(2)</sup>	(16.057)	(12.617)
Multa de órgãos oficiais	(112)	(324)
Pagto benefícios/pensões – INSS	(738)	(765)
Honorários periciais - determinação judicial	(47)	(23)
Decisões, Condenações Judiciais Ativos	(3.422)	-
Estorno de encargos carteira de fomento	(9)	(23)
Dépósitos recursais zerados	(254)	(2.346)
Cumprimento decisões judiciais trabalhistas	(312)	(272)
Despesas estorno encargos carteira sustentação	-	(1.650)
Devolução taxa administração FNO <sup>(3)</sup>	(23.807)	(244.826)
Remuneração s/ adiantamento operações PNMPO <sup>(4)</sup>	(10.253)	-
Atualização complemento remuneração do disponível FNO <sup>(5)</sup>	(81)	(54)
Demais despesas operacionais	(467)	(225)
<b>Total</b>	<b>(75.331)</b>	<b>(285.526)</b>

<sup>(1)</sup> Em conformidade com as Resoluções CMN nºs 4557/2017 e 4.945/2021, o Banco classifica perdas operacionais como resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Assim sendo, são gerenciadas 9 categorias de eventos.

<sup>(2)</sup> Referem-se as diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte de: atualização monetária, utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com reversões verificadas no mesmo grupo) e alteração no índice de correção do passivo trabalhista. Neste período, destaque para o pagamento de execuções trabalhistas.

<sup>(3)</sup> Referente à devolução da taxa de administração do FNO, do período de 2021 e 2022, conforme Ofício SNFI/MIDR nº 24/2024.

<sup>(4)</sup> Refere-se à remuneração do disponível do FNO calculada sobre o valor reservado para atender operações de PNMPO, conforme Portaria MIDR nº 3055/2023.

<sup>(5)</sup> Refere-se à atualização do complemento de remuneração do disponível do FNO face recálculo da taxa de administração.

	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Despesas de provisões</b>		
Garantia financeira prestada	(191.011)	(187.411)
Passivo atuarial	(134.626)	(83.206)
Atualização benefícios pós-emprego PBD e PMB	(113.548)	(63.855)
Pós-emprego assistidos/auxílio-saúde	(21.078)	(19.351)
Demandas judiciais	(72.186)	(99.042)
Passivos trabalhistas	(43.711)	(55.046)
Passivos cíveis/sucumbências	(20.297)	(42.818)
Passivos cíveis - fundos investimento	(6.808)	(1.151)
Outras contingências - fiscais	(1.370)	-
Provisão ativos atuariais – CAPAF	-	(27)
Planos saldados (nota nº 25.b)	(18.840)	(25.921)
<b>Total</b>	<b>(416.663)</b>	<b>(395.580)</b>

#### f) Resultado não operacional

	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Resultado não operacional</b>		
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>224</b>	<b>7.242</b>
Outras receitas não operacionais	224	7.242
Ganhos de capital	15	7.034
Rendas de aluguel	3	2
Reversão de provisões não operacionais	9	-
Outras rendas não operacionais	197	206
<b>Despesas não operacionais</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>
Outras despesas não operacionais	-	(6)
Diversas	-	(6)
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>7.236</b>

### 18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	1º sem/2024	1º sem/2023
Receita de prestação de serviço (nota nº 17.a) <sup>(*)</sup>	8.959	7.777

<sup>(\*)</sup> A taxa de administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do fundo

	30.06.2024	31.12.2023
Entrada de recursos <sup>(*)</sup>	-	37.845

<sup>(\*)</sup> Trata-se de liberação financeira conforme Portaria Interministerial nº 93/2018.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na Nota Explicativa nº 14, como parte das causas cíveis.

Em atendimento à Portaria do Ministério da Integração de Desenvolvimento Regional (MIDR) nº 2.896/2022 e à Lei nº 14.165/2021, que disciplinam sobre os mecanismos para desinvestimentos, liquidação e extinção das carteiras de títulos e valores mobiliários dos fundos de investimentos regionais, o Banco, como operador do FINAM, iniciou os procedimentos para recompra de cotas estabelecidos pelo Departamento de Instrumentos Financeiros e Inovação, do referido Ministério.

A oferta de recompra de cotas do FINAM será operacionalizada por meio de leilões de compra organizados na B³ S/A-Brasil, Bolsa, Balcão, por intermédio de Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, e a recompra de cotas estará disponível, provavelmente, até dezembro de 2028, data de encerramento do prazo de amortização das renegociações dispostas no art. 3º, da citada Portaria, e da possível liquidação do fundo.

### 19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. O Banco é agente operador na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e para contratação de operações de crédito por repasse. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	30.06.2024	31.12.2023
<i>Del credere</i> <sup>(1)</sup>	28.735	27.673
Risco da provisão <sup>(2)</sup> (nota nº 14)	24.646	24.404
Repasses do tesouro <sup>(3)</sup> (nota nº 13.b)	59.822	63.847

<sup>(1)</sup> Está registrado em "Rendas a receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

<sup>(2)</sup> Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas".

<sup>(3)</sup> Estão registrados em "Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

Conforme o Decreto nº 4.254/2002, em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram liberações, com isso, não gerou taxa de administração. As despesas e reversões provenientes da provisão de risco de operações - FDA estão apresentadas a seguir:

	1º sem/2024	1º sem/2023
Despesa de provisão risco de operações - FDA	(1.177)	(1.182)
Reversão de provisão risco de operações - FDA	229	195

A Resolução CMN nº 4.960/2021 define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos com recursos do FDA.

### 20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O FNO é um fundo do Governo Federal para fomentar o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. O Banco na qualidade de instituição financeira federal de caráter regional é administrador do Fundo, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento, com foco na sustentabilidade e ações econômicas, ambientais, sociais e de governança para redução das desigualdades intra e inter-regionais.

O Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º sem/2024	1º sem/2023
Taxa de administração (nota nº 17.a)	233.412	243.173
FNO	188.079	197.680
FNO – PRONAF	45.333	45.493
<i>Del credere</i>	884.251	758.882
Recuperação de operações <sup>(1)</sup>	181.582	146.752
Remuneração do disponível (nota nº 23)	(141.798)	(131.306)
Outras despesas operacionais <sup>(2)</sup>	(34.141)	(244.880)
Despesa de provisão (risco compartilhado)	(189.834)	(185.962)

<sup>(1)</sup> Do montante apresentado neste período, R\$ 110.454 referem-se às operações baixadas, com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005 (R\$ 71.079 no 1º sem/2023).

<sup>(2)</sup> No valor do 1º sem/2024, estão contemplados: R\$ 21.949 referente à atualização calculada sobre a devolução ao FNO da taxa de administração recalculada do período 2021 e 2022, R\$ 1.939 relativo à devolução do principal e, ainda, R\$ 10.253 pela remuneração do disponível do FNO calculada sobre o valor reservado para atender operações de PNMPO, conforme Portaria MIDR nº 3055/2023 e Ofício nº 24/2024/SNFI-MIDR. No 1º sem/2023, o total corresponde à devolução de taxa de administração do FNO pela revisão de valores ocorrida em conformidade com o MIDR.

Como administrador dos recursos do FNO e de acordo com a lei de sua criação – Lei 7.827/1989, o Banco faz jus a uma taxa de administração (art. 9-A), a qual é reconhecida como receita mensalmente conforme percentuais estabelecidos sobre o Patrimônio Líquido do FNO (art.17-A), deduzidos os saldos dos recursos desse fundo (art. 4º da Lei nº 9.126/1995), os valores repassados ao banco administrador (§ 11 do art. 9º-A desta lei) e os saldos das operações contratadas (art. 6º-A da Lei nº 10.177/2001).

Em janeiro de 2023, essa taxa de administração foi alterada da seguinte forma: (i) redução de 0,15% a.m. para 0,125% a.m. e, (ii) limitação a 20% dos repasses do Tesouro Nacional, a título de remuneração aos agentes financeiro das operações contratadas.

A Lei nº 14.227/2021, estabeleceu nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2022, para o *del credere*, considerando o porte dos clientes. O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. As operações em que o Banco assume risco 100%, o *del credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer remuneração, por estar isento de risco. Em 2021, com a vigência da MP nº 1.052, a partir de 19 de maio daquele ano, a comissão estava limitada a 5,5% conforme anexo II, porém a Lei nº 14.227 revogou a MP e retornou o limite para 6%, de acordo com seu art. 7º.

Após consulta ao Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional acerca da ratificação da metodologia de apuração da taxa de administração, considerando-se as alterações inseridas pela Lei nº 13.682/2018 e a incidência dos valores repassados ao Banco a título de risco integral Banco na forma do artigo 9º-A da lei 7.827/89, o Banco recebeu orientações daquele órgão para a partir de março de 2023, aplicar na metodologia utilizada para cálculo da taxa de administração o saldo médio diário dos valores repassados ao banco administrador.

O MIDR ratificou o entendimento junto à CGU sobre a metodologia de apuração da taxa de administração e concluiu pela necessidade de revisão dos valores pagos a maior e o reembolso ao fundo pelo Banco da Amazônia. Diante disto, neste período, o Banco realizou a devolução de R\$ 266.999 ao Fundo pelos valores recebidos a maior a título de Taxa de administração, referente aos períodos de 2021 e 2022, conforme Ofício nº24/2024/SNFI-MIDR.

O patrimônio líquido e disponível do Fundo, provisões e repasses relacionados ao FNO estão apresentados a seguir:

	30.06.2024	31.12.2023
Patrimônio Líquido do FNO <sup>(1)</sup>	50.435.134	47.318.303
Disponível do FNO <sup>(2)</sup>	3.442.614	1.894.155
Provisão Risco FNO <sup>(3)</sup> (nota nº 14)	1.668.528	1.585.610
Repasses de Recursos para Outras Instituições Financeiras <sup>(4)</sup> (nota nº 8)	308.376	324.285
Provisão para perdas em repasses (nota nº 8)	(25)	(32)

<sup>(1)</sup> Está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.

<sup>(2)</sup> É remunerado à taxa Selic, segundo definições da Lei Ordinária nº 14.227/2021 e o encargo é registrado no grupo “Despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento”.

<sup>(3)</sup> É registrada na conta “Provisão para garantias financeiras prestadas” e a despesa correspondente ao risco compartilhado, sendo calculada de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 2.682/1999.

<sup>(4)</sup> Estão registrados em “Devedores por repasse de outros recursos” e o Banco assume risco integral junto ao Fundo.

Neste período, o Banco procedeu à baixa de R\$ 101.755 (R\$ 87.762 no 1º sem/2023) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo. Neste período, foi devolvido ao fundo, o montante de R\$ 106.107 (R\$ 92.017 no 1º sem/2023).

Apresentamos abaixo o quadro da composição da obrigação com os recursos do FNO:

	30.06.2024	31.12.2023
Recursos a alocar	3.012.879	1.334.114
Recursos alocados	22.975.490	20.589.741
Taxa de administração	30.952	31.363
Outros (*)	21.577	221.395
<b>Total (nota nº 13.b)</b>	<b>26.040.898</b>	<b>22.176.613</b>

(\*) Neste período, destaque para a devolução ao disponível do FNO do valor principal (R\$ 195.025) e atualização (R\$ 10.253) referente ao adiantamento ao PNMPPO, conforme Portaria MIDR nº 3055/2023.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO, risco compartilhado e das provisões estão apresentados a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.06.2024		31.12.2023	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	4.755.966	-	5.355.460	-
A	0,5	8.875.038	(22.187)	8.731.675	(21.829)
B	1	3.113.226	(15.566)	3.325.214	(16.626)
C	3	2.498.131	(37.472)	2.418.499	(36.277)
D	10	736.845	(36.842)	1.077.177	(53.859)
E	30	296.660	(44.499)	199.511	(29.927)
F	50	139.679	(34.914)	143.001	(35.750)
G	70	349.354	(122.274)	278.484	(97.460)
H	100	2.709.602	(1.354.774)	2.587.835	(1.293.881)
<b>Total</b>		<b>23.474.501</b>	<b>(1.668.528)</b>	<b>24.116.856</b>	<b>(1.585.610)</b>

## 21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério de Portos e Aeroportos, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	30.06.2024	31.12.2023
Recursos Repassados (*) (nota nº 13.b)	61.686	60.081

(\*) Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1%.

## 22. Fundos de investimentos financeiros

O Banco administra os Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), foram encerrados judicialmente em março/2022.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos patrimônios líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.06.2024	31.12.2023
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	44	49
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seletor "2"	21	25
Fundo Amazônia Credit 90	1	1
Fundo Amazônia Mix "2"	16	19
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>94</b>

Neste período, ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's, no valor de R\$ 1.968 (não ocorreu em 31/12/2023).

### 23. Partes relacionadas

#### a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Honorários</b> (nota nº 17.b)	<b>(2.174)</b>	<b>(2.358)</b>
Diretoria Executiva	(1.502)	(1.579)
Conselho de Administração	(168)	(109)
Conselho Fiscal	(85)	(90)
Comitê de Auditoria	(419)	(357)
Outros - Ajuda de Custo	-	(223)
<b>Remuneração Variável Anual</b>	<b>(1.365)</b>	<b>(1.204)</b>
<b>Outros benefícios</b> (*)	<b>(123)</b>	<b>(62)</b>
<b>Total</b>	<b>(3.662)</b>	<b>(3.624)</b>

(\*) Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

#### b) Transações com Partes Relacionadas

O Banco possui uma Política de transações com Partes Relacionadas aprovada pelo conselho de administração (CONSAD) e divulgada ao mercado. A política tem como objetivo consolidar seu compromisso com uma gestão responsável e transparente proporcionando conforto e segurança a seus empregados, acionistas, investidores e ao mercado em geral, demonstrando aderência às normas dos órgãos reguladores e legislação pertinente assim como, às melhores Práticas de Governança Corporativa. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco. Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, a política de transações com Partes Relacionadas dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota Explicativa nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas Notas Explicativas nºs: 12 (Obrigações por repasses), 13 (Outros passivos), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração (Capaf) estão descritas na Nota Explicativa nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 18, 19, 20 e 21.



Um sumário dos principais saldos é apresentado a seguir:

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Ativos</b>	<b>160</b>	<b>196</b>
<b>Operações de Crédito</b>	160	196
Pessoal-chave da Administração	160	196
<b>Passivos</b>	<b>26.557.114</b>	<b>22.738.833</b>
<b>Depósitos à Vista</b>	<b>53</b>	<b>75</b>
Pessoal-chave da Administração	53	75
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Pessoal-chave da Administração	1	1
<b>Obrigações por Repasse do País (nota nº 12.a)</b>	<b>394.654</b>	<b>438.216</b>
Tesouro Nacional	595	599
BNDES	355.481	393.605
Finame	14.764	20.159
Fungetur	23.814	23.853
<b>Outros Passivos</b>	<b>26.162.406</b>	<b>22.300.541</b>
FNO (notas nºs 13.b e 20)	26.040.898	22.176.613
FMM (notas nºs 13.b e 21)	61.686	60.081
FDA-aplicado (notas nºs 13.b e 19)	59.822	63.847

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrada a seguir:

	1º sem/2024	1º sem/2023
Receitas Taxa Administração (nota nº 17.a)	242.811	251.531
Receita <i>Del Credere</i> do FNO (nota nº 20)	884.251	758.882
Despesas com Remuneração Disponível FNO (nota nº 20)	(141.798)	(131.306)
Provisão FNO (Risco Compartilhado) (nota nº 20)	(189.834)	(185.962)
Despesas Contribuição Patronal – Capaf (nota nº 25)	(8.953)	(7.799)
Liquidados - BD e Misto	(1.129)	(1.283)
Prev-amazônia - Capaf	(7.824)	(6.516)
Atualização Ajuste Pós-Emprego-Capaf	(132.388)	(109.127)
Atualização Benefício Pós-Emprego PBD e PMB (nota nº 17.e)	(113.548)	(63.855)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(18.840)	(25.921)
Despesas Pós-Emprego Assistidos/Auxílio Saúde (nota nº 17.e)	(21.078)	(19.351)

## 24. Remuneração paga aos empregados e administradores

### a) Remuneração mensal dos empregados (em reais) e outras informações

Remuneração <sup>(*)</sup>	30.06.2024	31.12.2023
Maior	34.761,14	34.761,14
Menor	3.317,51	3.317,51
Média	11.147,96	10.471,86
Valor médio dos benefícios	3.511,68	3.276,30

(\*) Inclui despesas vinculadas à remuneração conforme Resolução CGPAR/ME nº 30/2022.

Outras informações	30.06.2024	31.12.2023
Quantidade de empregados	2.917	2.835
Participação de Lucro no Resultado - PLR (em mil)	-	89.498

### b) Remuneração dos Administradores (em reais) e outras informações

Remuneração Diretoria Executiva	30.06.2024	31.12.2023
Maior	42.255,55	40.389,56
Menor	37.175,58	35.533,91
Média	37.182,72	34.963,80

**Outras informações**

Remuneração Variável Anual – RVA (em mil)

	30.06.2024	31.12.2023
	-	764

**Remuneração média dos Conselhos**

Conselho de Administração  
 Conselho Fiscal

	30.06.2024	31.12.2023
Conselho de Administração	4.028,13	3.809,96
Conselho Fiscal	3.799,63	3.803,95

**25. Benefícios a empregados**

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar e Auxílio Saúde.

O Banco é patrocinador dos seguintes planos:

- **Liquidados:** Plano de benefício definido - BD Liquidado (elegíveis e não elegíveis), Plano misto de benefício - Misto Liquidado;
- **Saldados:** Plano de benefício definido - BD Saldado e Plano Misto de benefício – Saldado;
- **Prev Amazônia;**
- **Assistidos pelo Banco;** e
- **Auxílio Saúde.**

A Capaf administra os Planos Liquidados, enquanto a BB Previdência administra os Planos Saldados e o Prev Amazônia.

O cálculo da obrigação do Banco nos planos de benefício definido é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

Valores reconhecidos como obrigações (nota nº 14):

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Passivos atuariais</b>	<b>1.079.311</b>	<b>1.146.731</b>
Liquidados	728.505	736.324
Assistidos	51.761	57.605
Auxílio Saúde	299.045	352.802
<b>Planos Saldados</b>	<b>352.058</b>	<b>407.687</b>

O Banco, como patrocinador, apresenta as seguintes despesas relativas à quota patronal:

Contribuições do Banco para os planos de benefícios.

<b>Planos</b>	1º sem/2024	1º sem/2023
Liquidados - BD e Misto	(1.129)	(1.283)
Prev Amazônia	(7.824)	(6.516)
<b>Total (nota nº 23.b)</b>	<b>(8.953)</b>	<b>(7.799)</b>

O detalhamento dos planos benefícios está abaixo apresentado:

**a) Planos Liquidados:**

• **BD Liquidado (elegíveis e não elegíveis)**

Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Nos Planos BD Liquidados estão contemplados os participantes **elegíveis** (tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001) e **não elegíveis** (ainda não haviam completado o tempo exigido por ocasião da referida Lei complementar). Plano ativo e em extinção (sem novas adesões).

• **Misto Liquidado**

Está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da



obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução ME/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em extinção (sem novas adesões).

Os planos liquidados, que abrigam 48% do público-alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a Previc a decretar a liquidação destes a qual foi suspensa por decisão judicial. A Capaf, administradora desses planos, encontra-se sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 143 de 27 de fevereiro de 2024, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 01 de março de 2024, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 777 de 5 de setembro de 2023.

#### a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

##### Premissas Financeiras (a.a %)

	30.06.2024			
	BD Elegível/Não Elegível	Misto	Assistidos pelo Banco	Auxílio saúde
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	10,6	10,6	10,7	10,6
Taxa de juros desconto atuarial-real	6,5	6,5	6,6	6,5
Projeção de aumentos salariais	3,9	3,9	N/A	3,9
Projeção de aumentos dos benefícios	3,9	3,9	3,9	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,9	3,9	-	-
Taxa de inflação	3,9	3,9	3,9	3,9
Expectativa de retorno ativos do plano	10,6	10,6	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	2,2

##### Premissas Financeiras (a.a %)

	31.12.2023			
	BD Elegível/Não Elegível	Misto	Assistidos pelo Banco	Auxílio saúde
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	8,9	9,0	8,9	9,2
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,2	5,3	5,2	5,5
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	N/A	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	8,9	9,0	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	2,2

##### Premissas Demográficas

	30.06.2024				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos pelo Banco	Auxílio saúde
Taxa de rotatividade	-	1,1%	-	N/A	0,6
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000 Fem *				
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000 Fem *				
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss				
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **			N/A	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A				

\* suavizada em 20% em 2024

\*\* suavizada em 30% em 2024

**Premissas Demográficas**

Taxa de rotatividade
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos
Tábua de entrada em invalidez
Tábua de morbidez

31.12.2023				
BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos pelo Banco	Auxílio saúde
-	1,1%	-	-	0,6
AT-2000 Fem *				
AT-2000 Fem *				
Winklevoss				
A. Vindas **			N/A	A. Vindas **
N/A				

\* suavizada em 20% em 2023.

\*\* suavizada em 30% em 2023.

**a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes**

	Plano BD		Plano Misto	
	1º sem/2024	1º sem/2023	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Custo do serviço</b>				
Custo de serviço	-	-	(2)	(2)
Custo de juros líquidos	(31.045)	(32.690)	(1.751)	(1.559)
<b>Provisão planos de benefícios e outros ben. pós-emprego</b>	<b>(31.045)</b>	<b>(32.690)</b>	<b>(1.753)</b>	<b>(1.560)</b>
<b>Remensurações do plano de benefício definido</b>				
Ganhos e perdas sobre contribuições dos participantes	(458)	(491)	3	-
Ganhos e perdas sobre o ativo	32.135	31.709	1.162	1.138
Ganhos e perdas sobre o passivo	74.983	259	1.301	(4.829)
<b>Total componentes registrados out. resultados abrangentes</b>	<b>106.660</b>	<b>31.477</b>	<b>2.466</b>	<b>(3.691)</b>
<b>Total dos componentes de benefício definido</b>	<b>75.615</b>	<b>(1.213)</b>	<b>713</b>	<b>(5.251)</b>

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	1º sem/2024	1º sem/2023	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Custo do serviço</b>				
Custo de serviço	-	-	(2.348)	(2.427)
Custo de juros líquidos	(2.565)	(2.939)	(16.164)	(15.476)
<b>Provisão planos benefícios e outros ben. pós-emprego</b>	<b>(2.565)</b>	<b>(2.939)</b>	<b>(18.512)</b>	<b>(17.902)</b>
<b>Remensurações do plano de benefício definido</b>				
Ganhos e perdas sobre o passivo	5.311	1.249	66.067	(8.919)
<b>Total componentes registrados out. resultados abrangentes</b>	<b>5.311</b>	<b>1.249</b>	<b>66.067</b>	<b>(8.919)</b>
<b>Total dos componentes de benefício definido</b>	<b>2.746</b>	<b>(1.690)</b>	<b>47.555</b>	<b>(26.821)</b>

**a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido**

	Plano BD		Plano Misto	
	1º Sem/2024	1º sem/2023	1º Sem/2024	1º sem/2023
<b>(Passivo)/ativo reconhecido no início do período</b>	<b>(697.440)</b>	<b>(680.621)</b>	<b>(38.884)</b>	<b>(32.449)</b>
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento	915	980	12	15
Provisão para planos de benefício definido	(31.045)	(32.690)	(1.753)	(1.560)
Provisão adicional reserva matemática	(69.436)	(51.310)	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	106.660	31.477	2.466	(3.691)
<b>(Passivo)/ativo reconhecido no final do período</b>	<b>(690.346)</b>	<b>(732.164)</b>	<b>(38.159)</b>	<b>(37.685)</b>

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	1º sem/2024	1º sem/2023	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>(Passivo)/ativo reconhecido no início do período</b>	<b>(57.605)</b>	<b>(60.291)</b>	<b>(352.802)</b>	<b>(319.671)</b>
Contribuições patrocinador, líquidas carregamento administrativo	3.098	4.062	6.202	6.015
Provisão para planos de benefício definido	(2.565)	(2.939)	(18.512)	(17.903)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	5.311	1.249	66.067	(8.919)
<b>(Passivo)/ativo reconhecido no final do período</b>	<b>(51.761)</b>	<b>(57.919)</b>	<b>(299.045)</b>	<b>(340.478)</b>

**a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial**

	Plano BD		Plano Misto	
	1º sem/2024	1º sem/2023	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no início período</b>	<b>(827.374)</b>	<b>(797.965)</b>	<b>(84.522)</b>	<b>(75.045)</b>
Benefícios pagos pelo plano	35.401	34.746	4.515	4.914
Custo de juros	(36.829)	(38.326)	(3.807)	(3.604)
Custo de serviço corrente	-	-	(4)	(3)
Remensurações de perdas atuariais	92.958	(5.316)	2.602	(9.658)
Decorrentes de ajuste na experiência	30.905	37.518	(3.494)	(5.332)
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	62.053	(42.834)	6.096	(4.326)
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período</b>	<b>(735.844)</b>	<b>(806.861)</b>	<b>(81.216)</b>	<b>(83.396)</b>

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	1º sem/2024	1º sem/2023	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do</b>	<b>(57.605)</b>	<b>(60.291)</b>	<b>(352.802)</b>	<b>(319.671)</b>
Benefícios pagos pelo plano	3.098	4.062	6.202	6.015
Custo de juros	(2.565)	(2.939)	(16.164)	(15.476)
Custo de serviço corrente	-	-	(2.348)	(2.427)
Remensurações de perdas atuariais	5.311	1.249	66.067	(8.919)
Decorrentes de ajuste na experiência	2.457	3.098	24.936	18.883
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	2.854	(1.849)	41.131	(27.802)
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do</b>	<b>(51.761)</b>	<b>(57.919)</b>	<b>(299.045)</b>	<b>(340.478)</b>

**a.5) Análise de sensibilidade das principais hipóteses**

	Plano BD				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor presente obrigação atuarial-	(517.475)	(495.161)	(513.899)	(498.285)	(505.975)
<b>Superávit/(déficit) do plano</b>	<b>(517.475)</b>	<b>(495.161)</b>	<b>(513.899)</b>	<b>(498.285)</b>	<b>(505.975)</b>
Variação na obrigação atuarial	2,27%	(2,14%)	1,57%	(1,52%)	-
Variação no superávit/(déficit)	2,27%	(2,14%)	1,57%	(1,52%)	-
Valor presente obrig. atuarial-Não	(235.093)	(224.956)	(233.469)	(226.375)	(229.869)
<b>Superávit/(déficit) do plano</b>	<b>(235.093)</b>	<b>(224.956)</b>	<b>(233.469)</b>	<b>(226.375)</b>	<b>(229.869)</b>
Variação na obrigação atuarial	2,27%	(2,14%)	1,57%	(1,52%)	-
Variação no superávit/(déficit)	2,27%	(2,14%)	1,57%	(1,52%)	-

	Plano Misto				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor presente obrigação atuarial	(82.962)	(79.573)	(82.479)	(79.989)	(81.216)
Valor justo dos ativos do plano	4.897	4.897	4.897	4.897	4.897
<b>Superávit/(déficit) do plano</b>	<b>(78.065)</b>	<b>(74.675)</b>	<b>(77.582)</b>	<b>(75.091)</b>	<b>(76.319)</b>
Variação na obrigação atuarial	2,15%	(2,02%)	1,56%	(1,51%)	-
Variação no superávit/(déficit)	2,29%	(2,15%)	1,66%	(1,61%)	-

	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor presente obrigação atuarial	(53.640)	(50.018)	(52.282)	(51.250)	(51.761)
<b>Superávit/(déficit) do plano</b>	<b>(53.640)</b>	<b>(50.018)</b>	<b>(52.282)</b>	<b>(51.250)</b>	<b>(51.761)</b>
Variação na obrigação atuarial	3,63%	(3,37%)	1,01%	(0,99%)	-
Variação no superávit/(déficit)	3,63%	(3,37%)	1,01%	(0,99%)	-

	Auxílio-saúde				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do Demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor presente obrigação	(304.175)	(294.217)	(308.259)	(289.977)	(299.045)
<b>Superávit/(déficit) do plano</b>	<b>(304.175)</b>	<b>(294.217)</b>	<b>(308.259)</b>	<b>(289.977)</b>	<b>(299.045)</b>
Variação na obrigação atuarial	1,72%	(1,61%)	3,08%	(3,03%)	-
Variação no superávit/(déficit)	1,72%	(1,61%)	3,08%	(3,03%)	-

#### a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(5.744)
Custo de juros líquidos	(65.026)	(3.667)	(5.371)	(33.817)
<b>Total da despesa a reconhecer</b>	<b>(65.026)</b>	<b>(3.671)</b>	<b>(5.371)</b>	<b>(39.561)</b>
Montantes esperados período seguinte-Normais	2.051	30	7.155	10.909
<b>Total dos pagamentos esperados para o plano</b>	<b>2.051</b>	<b>30</b>	<b>7.155</b>	<b>10.909</b>

#### a.7) Categorias dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

#### a.8) Montantes incluídos no valor justo dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

	Plano BD		Plano Misto	
	1º sem/2024	1º sem/2023	1º sem/2024	1º sem/2023
<b>Valor justo dos ativos no início do período</b>	-	-	<b>6.755</b>	<b>10.147</b>
Receita de juros	-	-	304	487
Contribuições do patrocinador	915	980	12	15
Contribuições dos participantes	-	-	17	15
Benefícios pagos pelo plano	(35.401)	(34.746)	(4.515)	(4.914)
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano	34.486	33.766	2.324	2.276
<b>Valor justo dos ativos no final do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.897</b>	<b>8.026</b>

#### a.9) Descrição da política de investimentos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

#### a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto liquidados está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 31.12.2023	Atualizações Resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2024
Plano BD	697.440	111.807	(106.660)	(12.241)	690.346
Plano Misto	38.884	1.741	(2.466)	-	38.159
<b>Total BD e Misto</b>	<b>736.324</b>	<b>113.548</b>	<b>(109.126)</b>	<b>(12.241)</b>	<b>728.505</b>

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2023
Plano BD	749.839	44.402	(31.477)	(30.600)	732.164
Plano Misto	32.449	1.545	3.691	-	37.685
<b>Total BD e Misto</b>	<b>782.288</b>	<b>45.947</b>	<b>(27.786)</b>	<b>(30.600)</b>	<b>769.849</b>

#### Ações coletivas

Tratam-se de demandas judiciais impetradas contra o Banco. A área jurídica da Instituição vem buscando rescindir decisões através de recursos nas diversas instâncias. As duas principais ações em cursos são:

##### Ação TRT da 16ª Região (MA)

##### Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA), com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Após longa tramitação processual, inúmeras tentativas de acordo, anúncios seguidos de retirada de pauta de julgamento, o processo veio a ser julgado, tendo a composição Plena do TRT da 16ª Região, em dezembro, por maioria de 5 votos a 1, julgado parcialmente procedente a ação movida pela União e BASA, para rescindir a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara. Interpostos embargos de declaração pelo SINDICATO e pelo Banco, foram julgados improcedentes, sendo então, apresentado recurso ordinário pelo SEEB-MA, que agora aguarda juízo de admissibilidade. Por ora, não há qualquer repercussão na provisão já estimada.

##### Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 6 de fevereiro de 2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respaldo por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 2 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho de 2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto de 2020. Ação julgada improcedente, tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Recurso interposto para o TST, que anulou o julgamento do TRT8, em razão da não intimação pessoal da AGU, determinando que seja realizado novo julgamento. Julgamento ocorrido, mantida a decisão, opostos ED, negado provimento. Interposto novo recurso de embargos de declaração. ED julgado e recursos interpostos para o TST, que

monocraticamente decidiu pela manutenção da decisão de improcedência da rescisória. Foram então, opostos embargos de declaração contra essa decisão, que agora aguardam julgamento.

A distribuição da provisão do Plano BD liquidado está apresentada da seguinte forma:

<b>Provisão plano BD liquidado</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Participantes abrangidos pela ação rescisória	576.460	647.345
50% das reservas matemáticas dos participantes ainda na ativa	44.450	50.095
Adicional de provisão de reservas matemáticas	69.436	-
<b>Total (notas nºs 14 e 25)</b>	<b>690.346</b>	<b>697.440</b>

A composição da provisão referente à ação rescisória é a seguinte:

<b>Composição provisão ação rescisória</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis	505.976	567.506
50% dos que ainda não elegíveis	70.484	79.839
<b>Total</b>	<b>576.460</b>	<b>647.345</b>

A provisão dos planos BD/Misto liquidados está constituída da seguinte forma:

<b>Provisão planos liquidados BD e Misto</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
BD liquidado	690.346	697.440
Misto liquidado	38.159	38.884
<b>Total (notas nºs 14 e 25.a.3)</b>	<b>728.505</b>	<b>736.324</b>

	<b>30.06.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Desembolso em cumprimento à ação transitada em julgado	(12.241)	(61.545)

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 30 de junho de 2024, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela Capaf (BD e Misto).

## **b) Planos saldados**

### **• BD Saldado**

Está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). O plano foi salgado com vigência a partir de 01/01/2014 e está em observância à paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em funcionamento (sem novas adesões).

### **• Misto Saldado**

Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Referido plano foi salgado com vigência a partir de 01/01/2013 e para este plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em funcionamento (sem novas adesões).

Os contratos assinados entre o Banco e a BB Previdência, referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, conforme cláusula contratual, é realizada revisão dos contratos de compromisso financeiros firmados junto à BB Previdência, de acordo com as premissas atuariais para preservar o equilíbrio econômico e financeiro dos Planos Saldados (Plano de Benefício Saldado e Plano Misto Saldado), e caso necessário poderá exigir ajuste por parte do Banco. No período de 2024, quando da revisão atuarial não houve necessidade de ajustes no valor registrado do contrato.



	Valor da Obrigação em 31.12.2023	Atualizações Resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2024
<b>Planos Saldados</b>	<b>407.687</b>	18.840	-	(74.469)	<b>352.058</b>

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 30.06.2023
<b>Planos Saldados</b>	<b>511.699</b>	25.921	-	(69.115)	<b>468.505</b>

### c) Plano PrevAmazônia

Trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV) que assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas, um montante em dinheiro que, no momento da entrada da aposentadoria, se transformará em benefício. Plano ativo e em funcionamento (aberto a novas adesões).

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

### d) Assistidos pelo Banco

Trata-se de um plano composto por aposentados de responsabilidade do Banco e está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei Complementar nº 109/2001, nesse plano os benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos, estando fechado a adesões.

### e) Auxílio Saúde

Trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e a disponibilidade orçamentária em cada ano. O Programa abrange seus empregados ativos, dirigentes e conselheiros, bem como dos pensionistas e aposentados dos seus quadros funcionais.

Em ambas as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC): Capaf que administra os Planos BD Liquidado e o Misto Liquidado e a BB Previdência que administra os Planos misto Saldado, BD Saldado e Prev Amazônia, têm-se o Plano de Gestão Administrativa – PGA, destinado a prover o custeio e despesas de funcionamento.

## 26. Gerenciamento de riscos e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Banco atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e se aplica a toda a Instituição, incluindo esferas colegiadas e estratégicas de decisão e ao Diretor de Riscos, *Chief Risk Officer* – CRO, dispondendo de:

- Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital que é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital de forma alinhada aos normativos vigentes, ao planejamento estratégico, e ao apetite a risco definido. Que tem como escopo as diretrizes para gestão dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta:

Risco de crédito; Risco de mercado; IRRBB; Risco operacional; Risco de liquidez; Risco cibernético; Risco de integridade; Risco legal; RSAC.

- Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS);
- Comitês em níveis táticos e estratégicos, valorizando as decisões colegiadas no âmbito da gestão de riscos e de capital;
- Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade;
- A governança no gerenciamento de riscos adota também a abordagem das três linhas. Onde:

A primeira linha, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades, pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.

Como parte da segunda linha, a área responsável pelo gerenciamento de riscos (GERIS), fornece expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos, incluindo: Desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos nos níveis de processo, sistemas e entidade; O atingimento dos objetivos de gerenciamento de riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; gerenciamento de capital.

A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.



### a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que podem afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

Em 30 de junho de 2024, o portfólio de TVM registrou volume de recursos marcados a mercado no total de R\$ 21.220.523 (R\$ 17.607.386, em 31/12/2023), representando crescimento de 20,52%. Na composição do portfólio, a grande maioria dos ativos está alocada em títulos públicos e operações compromissadas, correspondendo a 90,07% da carteira de tesouraria, em um montante de R\$ 19.113.150 (R\$ 15.113.938, representando 85,84% da mesma carteira em 31/12/2023). Ademais, vale destacar que o volume de estoque em Tesouro Selic, Instrumento Financeiro de altíssima liquidez no mercado secundário, corresponde 76,32% do total do portfólio TVM (75,26% em 31/12/2023).

O Banco utiliza-se ainda, para acompanhamento do risco de liquidez, do monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, do controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e de simulações de cenários de estresse.

### b) Risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Banco está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, entre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, gestão de garantias etc.

Desse modo, incorporando melhorias ao seu processo de gestão e as melhores práticas do mercado bancário, a instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basiléia II, Resolução CMN n.º 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital e da Resolução CMN n.º 4.677/2018 que estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas.

### c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao risco de mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de risco de mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Resolução Bacen n.º 111/2021.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B<sup>3</sup> – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de junho de 2024, o VaR calculado para a carteira Banco<sup>1</sup> e para a carteira Tesouraria<sup>2</sup> foi de R\$ 8.912 e R\$ 4.377 respectivamente (R\$ 5.545 e R\$ 2.935 em 31/12/2023), estando dentro dos limites de referência de 16,12% e 10,96% respectivamente (11,50% e 8,43% em 31/12/2023). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em *status* Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

### Análise de sensibilidade

O Banco mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários nos quais se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão descritos a seguir:

**Cenário 1 (Normal):** A base desse cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$ 5,5589 em 30 de junho de 2024 (R\$ 4,8413 em 31/12/2023) e a taxa DI de 1 ano no nível de 10,50 % a.a. (11,65% a.a. em 31/12/2023).

**Cenário 2 (Estresse de 25%):** Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$ 6,9486 em 30 de junho de 2024 (R\$ 6,0516 em 31/12/2023), e a taxa DI de 1 ano no nível de 13,1250% a.a. (14,5625% a.a. em 31/12/2023), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

**Cenário 3 (Estresse de 50%):** Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$ 8,3384 em 30 de junho 2024 (R\$ 7,2620 em 31/12/2023) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 15,75% a.a. (17,475% a.a. em 31/12/2023), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos títulos e valores mobiliários da Carteira Tesouraria, conforme Resolução Bacen nº 02/2020:

Fatores de Risco	Definição	30.06.2024			31.12.2023		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
<b>Prefixado</b>	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(433)	(227)	-	(336)	(4.936)	(8.674)
<b>Índice de preços</b>	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	(8.898)	(284.516)	(371.386)	(7.686)	(266.631)	(346.417)
<b>Taxa de juros</b>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	(35)	10.776	18.639	(79)	15.802	30.193
<b>Total</b>		<b>(9.366)</b>	<b>(273.967)</b>	<b>(352.747)</b>	<b>(8.101)</b>	<b>(255.765)</b>	<b>(324.898)</b>

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os cenários I, II e III, demonstram os instrumentos financeiros alocados por fatores de riscos que apresentam maior risco (papéis indexados aos índices de preços, IGPM e IPCA). No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$ 352 correspondentes ao cenário III.

As implicações apresentadas no portfólio TVM da Tesouraria, com o montante de R\$ 19.047.199, mostram valores significativos, após os choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), das posições em risco do TVM, cujos percentuais giram em torno de 3,3 % do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco, sendo o maior fator de risco, as posições em cupons de índice de preços.

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banco realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

<sup>1</sup>Portfólio que contempla todos os títulos de valores mobiliários da tesouraria, captações e operações de crédito.

<sup>2</sup>Portfólio que contempla apenas os títulos de valores mobiliários da tesouraria.

- **Operações de Crédito:** a carteira de crédito global do Banco da Amazônia, própria e administrada, é majoritariamente remunerada por métricas que não estão expostas diretamente às variações da taxa DI, e, por este motivo, para fins de análise de sensibilidade, foi utilizado um cenário de grande impacto e baixa probabilidade de ocorrência, sobre a ótica da inadimplência, onde todas as operações de crédito as quais o Banco está exposto teriam sua classificação (*ratings*) de risco rebaixada em um nível (*downgrade*). Os critérios de classificação dos níveis de risco das operações seguem o disposto na Resolução Bacen nº 2.682/1999.

O quadro com as simulações de impacto pode ser observado abaixo:

Carteira Banco + FNO Risco Compartilhado							
Provisão Atual				Provisão com <i>downgrade</i> de 1 nível no <i>rating</i> das operações da carteira			
Nível de Risco	Valores das Operações	Exposição	Provisão	Nível de Risco	Valores das Operações	Exposição	Provisão
AA	11.851.973	9.473.516	-	AA	-	-	-
A	22.017.378	17.579.857	(87.899)	A	11.851.973	9.473.516	(47.367)
B	7.393.757	5.837.144	(58.371)	B	22.017.378	17.579.857	(175.799)
C	4.620.459	3.371.391	(101.142)	C	7.393.757	5.837.144	(175.114)
D	959.152	590.730	(59.073)	D	4.620.459	3.371.391	(337.139)
E	516.986	368.656	(110.596)	E	959.152	590.730	(177.219)
F	337.067	267.215	(133.607)	F	516.987	368.656	(184.328)
G	487.034	312.357	(218.649)	G	337.066	267.215	(187.051)
H	3.271.808	1.916.980	(1.916.980)	H	3.758.842	2.229.337	(2.229.337)
<b>Total</b>	<b>51.455.614</b>	<b>39.717.846</b>	<b>(2.686.317)</b>	<b>Total</b>	<b>51.455.614</b>	<b>39.717.846</b>	<b>(3.513.354)</b>

O resultado da simulação, portanto, seria a elevação em 30,8% dos valores destinados à provisão.

- **Provisões para Demandas Judiciais:** foram realizadas estimativas com três cenários projetados, considerando os valores em 30/06/2024 e descritas a seguir:

**Cenário Provável:** utilizou-se a Taxa Selic (projetada de 10,50% para 2024, segundo Relatório Focus-Bacen) e o INPC-IBGE (estimado de 3,80% pelo IPEA).

**Cenário Possível:** elevou o estresse da taxa Selic e o INPC-IBGE em 25%.

**Cenário Remoto:** projetou um estresse para a taxa Selic e o INPC-IBGE em 50%.

O quadro a seguir demonstra os efeitos esperados, considerando estas estimativas e cenários:

Análise de Sensibilidade			Cenários					
Provisões para Demandas Judiciais	30.06.2024	Índice	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Trabalhistas (Indenizações)	76.979	Selic	10,50	85.062	13,13	87.083	15,75	89.103
Cíveis	46.475	INPC	3,80	48.240	4,75	48.682	5,7	49.123
Fiscais	2.696	Selic	10,50	2.979	13,13	3.050	15,75	3.121
Trabalhistas (Capaf)	4.122	INPC	3,80	4.279	4,75	4.318	5,7	4.357
<b>Total</b>	<b>130.272</b>			<b>140.560</b>		<b>143.133</b>		<b>145.704</b>

#### d) Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB)

Define-se o IRRBB conforme a Circular Bacen nº 3.876/2018, como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco está segregado as operações classificadas na carteira de não-negociação ou carteira bancária, que compreende todos os instrumentos financeiros que não há intenção de negociar, após sua aquisição ou originação, como: captações (depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais); crédito (fomento e comercial); e ativos na carteira da tesouraria classificados em "disponível para venda" e "mantidos até o vencimento". A organização possui perfil de exposição a risco de mercado conservador, no qual as diretrizes e limites são monitorados de forma independente. Com isso a organização busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

O Banco Central do Brasil, através da Circular nº 3.938/2019, definiu novas metodologias e procedimentos para avaliação de suficiência de valor do Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para as instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 4.553/2017. Para os fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular Bacen nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas: de Resultado de Intermediação Financeira ( $\Delta$ NII) e de Valor Econômico ( $\Delta$ EVE).

Desde a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557/2017, em fevereiro de 2018, o Banco utiliza a abordagem de Valor Econômico e do Resultado de Intermediação Financeira na mensuração do risco da taxa de juros na carteira bancária. A exigência regulatória para envio no Documento 2061 das informações do IRRBB iniciou em janeiro de 2020, em consonância com a Circular Bacen nº 3.938/2019. A partir de junho de 2022, o Banco da Amazônia adota a metodologia padronizada, que leva em consideração a ponderação de 20%  $\Delta$ EVE e 80%  $\Delta$ NII, contemplando, cenários de curto/médio para o NII e de longo prazo para o EVE.

O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ponderada de 20% sobre o  $\Delta$ EVE e 80% sobre o  $\Delta$ NII, com base em dados de junho de 2024, representou o montante de R\$ 133.030. O valor calculado está em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, com status Normal, em posições inferiores aos limites estabelecidos.

#### **e) Risco social, ambiental e climático (RSAC)**

A gestão do risco socioambiental e climático no Banco da Amazônia, está estruturada em observância aos preceitos estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 4.557/2017 e 4.945/2021, a partir da utilização de ferramentas de análise e monitoramento de risco das operações selecionadas em conformidade com a matriz de relevância e proporcionalidade do Banco da Amazônia.

O Banco estabeleceu a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC, que contempla princípios e diretrizes que norteiam as ações de sustentabilidade e de risco social, ambiental e climático, consideradas as dimensões estratégicas, de governança e econômicas, na atuação do Banco da Amazônia, tanto no aspecto institucional como nas operações de financiamento da empresa.

A concessão de empréstimos e financiamentos são condicionados à apresentação das exigências legais, quando for o caso, tais como certidões de regularidade ambiental e Licenças Ambientais. Em especial os financiamentos concedidos por meio do crédito rural, devem estar aderentes às restrições legais impostas pelo Manual do Crédito Rural – MCR.

No Banco da Amazônia, toda a operação rural recebe tratamento de análise socioambiental, realizada em ferramenta contratada, com exceção das dispensadas pelo MCR. A ferramenta cruza diferentes bancos de dados oficiais e produz relatório de acordo com a legislação ambiental e normas do Banco.

Todas as operações do crédito rural no Banco da Amazônia recebem análise socioambiental previamente a concessão de forma individual. Os critérios de análise socioambiental estão estabelecidos em normas internas e tem como premissa a mitigação de riscos socioambientais e o atendimento das exigências dos órgãos reguladores. O Banco da Amazônia possui metodologia interna de avaliação de níveis de RSAC aplicada em sistema de avaliação desenvolvido internamente, apurando o RSAC das operações as quais abrange em três níveis: Alto, Médio e Baixo. O gerenciamento de RSAC está estruturado e documentado em Norma de Procedimento interna, a qual determina a validade e periodicidade das avaliações, bem como apresenta as rotinas e procedimentos de gestão do risco.

#### **f) Risco cibernético**

A Segurança da Informação e Comunicações (SIC) é um conjunto de ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações, sejam elas físicas ou digitais, contra diversos tipos de ameaças para garantir a continuidade dos negócios, minimizar eventuais danos, maximizar o retorno dos investimentos e de novas oportunidades de negócio.

A Segurança Cibernética está contida dentro do âmbito da SIC e se configura como um conjunto de tecnologias, processos e práticas projetados para proteger redes, computadores, sistemas e dados de ataques, danos ou acesso não autorizado, permitindo o uso e o compartilhamento da informação digital de forma controlada. Sendo assim, a SIC é de maior abrangência, protegendo tecnologias, pessoas, informações físicas, entre outros, enquanto a Segurança Cibernética visa proteger somente ativos relacionados ao universo digital.

Nessa perspectiva, risco cibernético é o risco que se refere aos potenciais resultados negativos associados aos ataques cibernéticos. Por sua vez, os ataques cibernéticos podem ser definidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados ou sistemas tecnológicos.

No Banco da Amazônia, a estrutura de gerenciamento de riscos cibernéticos atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.893/2021 e se aplica a toda a Instituição, dispondo de:

Política de segurança da informação e cibernética que tem por objetivo estabelecer o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) do Banco da Amazônia, considerando uma visão holística e coordenada dos riscos de SIC do Banco para definir e comunicar os princípios, valores, conceitos, diretrizes, controles suficientes à preservação e proteção das informações do Banco da Amazônia e seus respectivos ativos quanto à confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade, em todo o seu ciclo de vida, contida em qualquer suporte ou formato.

Normas de procedimentos de segurança da informação que apoiam a estratégia definida na Política.

Planos de resposta a incidentes de cibersegurança.

Comitê de Segurança Corporativa, da Informação e de Comunicações: de caráter consultivo e deliberativo, tem por finalidade participar do processo de gestão Segurança Corporativa, inclusive de Informação e de Comunicações do Banco da Amazônia.

A governança no gerenciamento de riscos cibernético adota também a abordagem das três linhas. Onde:

A primeira linha, representada pelas áreas de tecnologia, pessoas e contratos, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e

gerenciar os riscos cibernéticos em ativos de tecnologia, recursos humanos e cadeia de suprimento, respectivamente, e pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e, ainda, pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.

Como parte da segunda linha, a área responsável pelo gerenciamento de risco cibernético, que define a estratégia e as políticas de segurança, bem como realiza o monitoramento dos riscos, a gestão de incidentes e é responsável pelo acultamento da empresa acerca da segurança da informação.

Ainda como parte da segunda linha, a área responsável pela gestão de continuidade de negócio, tema afeto à segurança da informação, é a área de controles internos responsável por definir as diretrizes e procedimentos inerentes a gestão de continuidade de negócios estabelecendo o processo para análise de impacto nos negócios, estratégias para assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio

A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

#### **g) Risco operacional**

A gestão do risco operacional está incorporada na estrutura organizacional do Banco e é baseada no modelo das três linhas, abrangendo todos os níveis hierárquicos. O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017, alterada pelas Resoluções CMN nº 4.943/2021, nº 5.089/2023 e nº 5.076/2023.

A gestão do risco operacional está prevista nas normas de procedimento Gestão do Risco Operacional – NP 204 e na de Gestão de Continuidade de Negócios – NP 210. O Banco monitora continuamente os eventos relacionados ao risco operacional, mantendo uma base histórica quantitativa e qualitativa de informações, reportando regularmente à Alta Administração. A integração entre as áreas de controle, segunda e terceira linha, fortalece a governança corporativa do Banco nas três linhas.

#### **h) Risco legal**

Em conformidade com as exigências do Banco Central do Brasil e outros órgãos reguladores, o Banco atua rigorosamente no cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras. A área de Controles Internos monitora com vista a assegurar o atendimento das demandas legais.

Para divulgar normativos externos e monitorar o cumprimento das demandas legais, o Banco utiliza um Sistema de *Compliance* que fornece informações atualizadas sobre normas relacionadas as atividades bancárias para todas as áreas internas relacionadas.

#### **i) Risco de integridade**

Para reafirmar o compromisso no combate à corrupção e a atos ilícitos contra a administração pública, o Programa de Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, é amplamente divulgado ao público interno e externo através dos meios de comunicação do Banco e do site institucional.

O Programa de Integridade é composto por um conjunto de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção e remediação de práticas relacionadas a fraude, corrupção, irregularidades e desvios éticos e de conduta. Está estruturado em cinco pilares, adaptados do Guia de Implantação de Programa de Integridade em Empresas Estatais da CGU e fundamentado na Lei Anticorrupção nº 12.846/2013, além de outros normativos legais e regulamentares.

Dentro deste programa foram implementados indicadores cujo acompanhamento e monitoramento busca manter a eficiência na gestão da integridade fortalecendo os pilares e princípios do programa, bem como as boas práticas na cultura institucional. Os Indicadores de Integridade são reavaliados periodicamente para garantir a efetividade e necessidade de ajustes e melhorias.

#### **j) Gestão de capital**

O Banco possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, a consistência e a transparência de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento de capital atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão.

A Instituição dispõe de plano de capital com prospecção de capital para três anos, abrangendo teste de estresse e plano de contingência de capital para subsidiar a gestão e a manutenção do capital nos níveis desejáveis e de acordo com o apetite definido na RAS.

#### **k) Índice de Basileia (limite operacional)**

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução. O Banco encerrou o 1º semestre de 2024 com PR de R\$ 6.370 milhões, 10,19 % superior ao registrado no exercício anterior (R\$ 5.782 milhões em 31/12/2023).

O Índice de Basileia (IB) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e nº 4.958/2021 (apuração dos requerimentos mínimos e ACP) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 4,16% em relação ao registrado no exercício anterior, saindo de R\$ 44.365 milhões em 31/12/2023 para R\$ 46.213 milhões, em 30/06/2024.



Em 30 de junho de 2024, o Banco apresentou um Índice de Basileia (IB) de 13,8%, acima do requerimento regulatório, mantendo a capacidade de cumprir com os mínimos regulatórios, garantir sua solidez patrimonial e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento de seus negócios.

### Requerimentos mínimos de capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2024	31.12.2023
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>6.370.501</b>	<b>5.781.613</b>
<b>PR Nível I</b>	<b>6.370.501</b>	<b>5.781.613</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>6.370.501</b>	<b>5.781.613</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>46.213.330</b>	<b>44.364.885</b>
Risco de Crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	39.515.834	38.224.829
Risco de Mercado (RWA <sub>MPAD</sub> )	1.412	2.306
Risco Operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	6.696.083	6.137.750
<b>Requerimento Mínimo de Capital</b>		
Capital Principal Mínimo Requerido <sup>(1)</sup>	2.079.600	1.996.420
PR Nível I Mínimo Requerido <sup>(2)</sup>	2.772.800	2.661.893
PR Mínimo Requerido <sup>(3)</sup>	3.697.066	3.549.191
<b>Margem sobre os Requerimentos de Capital</b>		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	4.290.901	3.785.193
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	3.597.701	3.119.720
<b>Índice de Capital Principal (CP / RWA)</b>	<b>13,8%</b>	<b>13,0%</b>
<b>Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)</b>	<b>13,8%</b>	<b>13,0%</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>13,8%</b>	<b>13,0%</b>

<sup>(1)</sup> Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

<sup>(2)</sup> Representa o mínimo de 6% do RWA.

<sup>(3)</sup> O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

## 27. Outras informações

### a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.06.2024	31.12.2023
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	11.789.792	12.116.656
Coobrigação em cessão de créditos – alongam. crédito rural	4.397	4.663
<b>Total</b>	<b>11.794.189</b>	<b>12.121.319</b>

### b) Seguros

#### • Seguro Predial

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$ 161.163 (R\$ 153.753 em 31/12/2023), com prêmio de R\$ 204 (R\$ 195 em 31/12/2023), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

#### • Seguro D&O

O Banco, através de seu estatuto social, artigo 22, mantém contrato de seguro de responsabilidade civil, cuja cobertura é de R\$ 30.000 até 01/01/2025, com prêmio de R\$ 600 (R\$ 600, em 31/12/2023), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

### c) Resultado recorrente e não recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB nº 2/2020, no 1º semestre de 2024 não houve evento não recorrente. O resultado contábil do 1º semestre de 2024 foi de R\$ 539.146.

O resultado contábil do 1º semestre de 2023 foi de R\$ 565.925, com resultado recorrente de R\$ 842.769 e eventos não recorrentes que totalizaram de R\$ 276.844 (já considerando o impacto tributário), relacionado, substancialmente a revisão da metodologia de apuração do valor de taxa de administração de recursos do FNO que totalizou R\$ 279.716 (nota explicativa nº 20).

#### **d) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021**

A evolução/destaques do Plano de Ação que vem sendo desenvolvido pelas equipes de trabalho do BASA e consultoria BIP no âmbito do Projeto IFRS / Res. CMN nº 4.966/2021, até o 1º semestre/2024, foram os seguintes:

Destacamos no período avaliado a realização de reaplicação do piloto de classificação de instrumentos financeiros definidos no estudo elaborado junto à governança do projeto com base no 1º trimestre de 2024. Outro ponto importante no período em análise, refere-se à documentação da metodologia definida para a Taxa Efetiva de Juros – TJEO, outrora formalizada, com apoio de consultoria especializada, com previsão de estar sendo finalizada no início do 2º semestre, já tendo sido revisado, por parte da área de gestão de produtos, a relação de receitas e despesas levantadas, visando auxiliar no refinamento dos custos e receitas de originação, partes integrantes da regra da TJEO (a regra diferenciada será a metodologia adotada no banco).

Foi também definida, a regra de ativos problemáticos aderente à Res. CMN nº 4.966/2021 (*Stop Accrual*), sendo elaborado através de Parecer específico, adequação de normas internas pela área de políticas de crédito, considerando os alinhamentos realizados com os times das *squads* de trabalho e governança do projeto, a qual já deverá estar sendo submetida à aprovação no início do 2º semestre deste ano. Já foram iniciadas também, as discussões e definições das regras para ativos problemáticos da tesouraria, com elaboração preliminar de minuta de norma de procedimento para esta finalidade. O mesmo processo vem acontecendo em relação às regras de identificação de reestruturações, aderente à Res. CMN nº 4.966/2021, que vem sendo também validada para ser materializada em documentação que subsidiará procedimentos internos sobre o tema.

Quanto às questões envolvendo disposições gerais e transitórias/reportes regulatórios, estas já vem sendo tratadas no âmbito da *squad* de contabilidade. Outras tarefas em andamento no âmbito desta *squad* correspondem à definição das modificações nos roteiros contábeis impactados pela norma, novo modelo de divulgação das demonstrações financeiras, além da revisão dos modelos contábeis e conclusão do “De x Para” no sistema de contabilidade (CTB). Até o momento, foi levantada e concluída, com apoio técnico de consultoria, a roteirização Contábil dos sistemas Consignados INSS, Empréstimo PJ (pré e pós), Rotativo PF, Renegociação e Reestruturação, financiamento rural, provisão para outros créditos e tesouraria.

Outro ponto importante no período analisado, foi a elaboração de 05 (cinco) modelos e políticas contábeis junto à governança do projeto e as áreas de contabilidade, tesouraria e política de crédito (Manual – Teste SPPJ, Modelos de Negócios do Crédito e Tesouraria, Política Contábil para Definição da Classificação Contábil dos Instrumentos Financeiros, Política contábil - Reconhecimento, e Mensuração e Baixa e Política contábil – Reconhecimento de Mensuração do Valor Justo) e deverão estar sendo submetidas à aprovação no início do 2º semestre/2024.

Em relação à modelagem de riscos, até o final do 1º semestre foram concluídos e apresentados os primeiros resultados das metodologias *Lifetime* e *Forward Looking*, às equipes do banco para fins de validação. A documentação da modelagem de riscos está sendo finalizada contemplando os modelos de PD, LGD e EAD, bem como as simulações dos resultados. No início do 2º semestre, serão iniciadas as etapas de treinamento em Python ao time do BASA dedicado para esta finalidade, o qual realizará simulações a partir dos *notebooks* compartilhados com a equipe técnica de TI, risco e política de crédito do Banco.

Finalmente, enfatiza-se neste 1º semestre/2024, a conclusão da *squad de design* técnico em TI, com a produção do relatório de arquitetura “As Is” e “To Be”, que apresentou o desenho da nova arquitetura sugerida, considerando a utilização de sistemas internos e eventuais soluções de mercado, além das especificações e requisitos técnicos para desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas do BASA. A partir do 2º semestre, serão trabalhadas as etapas de refinamento destes requisitos para a construção e homologação dos motores de cálculo e ajustes dos sistemas legados e sistemas de vendedores levantados.

#### **e) Processo de Investigação**

Como já informado anteriormente, o BASA conduziu, durante o ano de 2022, investigação interna sobre suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas entre 2012 e 2014. Os trabalhos conduzidos por um Comitê constituído para tal fim foram concluídos em 26 de agosto de 2022, com a submissão dos resultados da investigação à avaliação do Conselho de Administração, que realizou os encaminhamentos à Diretoria Executiva, consoante registrado nas atas das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, de 26 de agosto de 2022 e 26 de setembro de 2022 os quais seguem sendo supervisionados e monitorados por aquele órgão assim como pelo Comitê de Auditoria.

Sem prejuízo das oportunidades de ajustes e correções de fluxo decorrente de testes de controles internos, resultantes do processo investigativo e conduzidos pelo Comitê de Investigação sob a supervisão do Conselho de Administração, esse último colegiado considerou que as investigações realizadas até então confirmaram a confiabilidade das demonstrações financeiras e dos processos contábeis do Banco, encerrando o processo de investigação por não verificar risco que comprometesse a qualidade das demonstrações financeiras e reiterando o compromisso com a acurácia das informações prestadas ao mercado.

Os procedimentos disciplinares relacionados ao objeto da investigação foram avocados pela Controladoria Geral da União (“CGU”), a quem caberá por imperativo legal a apuração de eventuais responsabilidades disciplinares de funcionários ou ex-funcionários do Banco, em relação às operações de crédito contratadas. Por conta da avocação, foram encerrados os procedimentos disciplinares que haviam sido instaurados no âmbito interno. O BASA compartilhou com a CGU os documentos relacionados à investigação, incluindo um relatório detalhado sobre o que foi apurado.

A Administração considera que o resultado das investigações e dos testes de controle são suficientes para concluir que, seja qual for o desfecho de eventuais ações disciplinares pela CGU, elas não colocarão em dúvida a qualidade das demonstrações financeiras do Banco, porquanto o saldo credor relacionado às operações de crédito suspeitas de irregularidades, embora em cobrança judicial, encontra-se totalmente provisionado desde exercícios anteriores.



O Conselho de Administração continuará acompanhando a evolução das ações relativas às oportunidades de melhoria acima mencionadas, dentro do esforço de aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco.

**f) Evento climático ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul**

No 1º semestre de 2024, ocorreu um período de chuvas intensas e prolongadas que atingiram o estado do Rio Grande do Sul (RS), caracterizado como evento climático adverso de grande magnitude e intensidade, com danos humanos, materiais e ambientais, além de prejuízos econômicos e sociais, levando o governo local a declarar estado de calamidade pública no território do estado. Todavia, o Banco da Amazônia, apesar de realizar diversos financiamentos rurais e urbanos, não obteve nenhum financiamento afetado, por meio de seus clientes e/ou investidores, haja vista que atuação o banco é mais centralizado na região norte do Brasil, ou seja, Amazônia Legal.

**Marcelo dos Santos Souza**  
Contador  
CRC – PA Reg. 012778/O-3



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Banco da Amazônia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

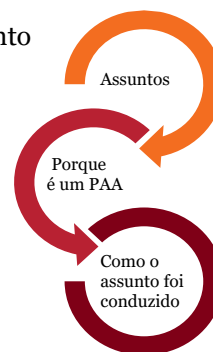
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco da Amazônia S.A.

---

## Porque é um PAA

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

### Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(f), 7 e 14)

A estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da Administração e são constituídas levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), notadamente a Resolução CMN nº 2.682. A mensuração da provisão para perdas esperadas está relacionado com (i) risco de crédito das operações de crédito e outros créditos e (ii) ao risco de crédito compartilhado pelo Banco com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujos valores apresentados nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024 são de R\$ 1.017.591 mil e de R\$ 1.693.557 mil, respectivamente.

Adicionalmente, a estimativa realizada pela administração está fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas).

Dessa forma, determinamos esse assunto como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a realização do entendimento e testes de controle e substantivos sobre os processos relevantes de apuração e reconhecimento das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando, entre outros, os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito; (iv) atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, modelos e premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria e divulgadas nas demonstrações financeiras.

---

### Recuperabilidade dos créditos tributários (Nota 16(b), (d) e (e))

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, benefícios pós-emprego, despesas de outras

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil.



Banco da Amazônia S.A.

---

### Porque é um PAA

provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver certo grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 16(d).

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são consistentes com dados e informações obtidas em nossa auditoria.

---

### Benefícios a empregados (Notas 3(k), 14 e 25)

Em 30 de junho de 2024, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pelo Banco, líquidas dos ativos do plano, totalizam R\$ 1.079.311 mil.

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar e auxílio saúde, administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (CAPAF) e pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

Os benefícios a empregados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. As obrigações desses planos são calculadas com referência às premissas atuariais, incluindo, entre outras, tábua de mortalidade e taxa de desconto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado. Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial e avaliamos os principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós



Banco da Amazônia S.A.

---

### **Porque é um PAA**

Devido à incerteza associada às premissas destacadas acima envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de previdência complementar e de auxílio saúde, bem como na definição dos valores prováveis de desembolso, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

emprego são consistentes com dados e informações obtidas em nossa auditoria.

---

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Banco da Amazônia S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



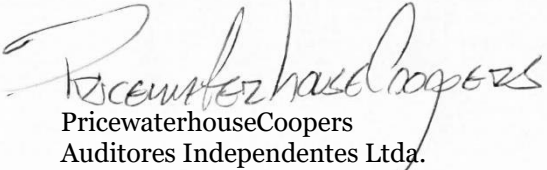
Banco da Amazônia S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Brasília, 14 de agosto de 2024



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

Developed by  
DIGITAL SIGNATURE  
Signed by PAULO RODRIGO PECHT 201688204  
CRC 2SP000160  
Signed Time: 14 de agosto de 2024 12:21:58  
© 2014 Intel. OCS. Documento de Registro Federal de Imposto de Renda - RFB  
C. SP  
www.ocf.br/OCF-SP  
OCF-SP

Paulo Rodrigo Pecht  
Contador CRC 1SP213429/O-7



## **COAUD**

### **Resumo do relatório de atividades – 1º semestre findo em 30/06/2024**

#### **1. Introdução**

- 1.1 As atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia são com aquelas definidas pela lei nº 13.303, de 30/06/2016, inclusive com o respectivo decreto regulamentar nº 8.945, de 27/12/2016, e pela Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021.
- 1.2 Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 2º do artigo 15 da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, e no parágrafo 2º do artigo 5º de seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia S.A. apresenta o resumo de seu Relatório Semestral referente ao período de 01/01/2024 a 30/06/2024.
- 1.3 As atividades do Comitê foram conduzidas com base no plano de trabalho anual aprovado pelo Conselho de Administração no início do exercício.
- 1.4 O COAUD avalia e monitora as exposições a risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.
- 1.5 A Auditoria Interna (AUDIT) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Banco está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.
- 1.6 A PwC Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco e dos seus fundos. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.
- 1.7 Entre outras funções, cabe ao COAUD avaliar a qualidade das demonstrações financeiras da Instituição, monitorando a qualidade e a integridade dos mecanismos de controles internos dos processos que as compõem; aferir com razoável segurança a efetividade dos trabalhos das auditorias interna e independente; avaliar e monitorar a exposição a riscos, bem como os mecanismos, a existência e a suficiência dos controles desses riscos.

## 2. Atividades desenvolvidas

- 2.1 O COAUD, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, cumpriu suas atribuições legais e regulamentares.
- 2.2 Mantém, no endereço eletrônico <https://www.bancoamazonia.com.br/atendimento/formulario-comite-de-auditoria>, canal para recebimento de informações acerca eventuais descumprimentos de normativos e códigos internos, bem como de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Instituição. No período recebeu sete mensagens por meio do Canal do COAUD, todas consideradas não pertinentes e que foram adequadamente endereçadas a outros entes corporativos.
- 2.3 Como forma de contribuir para a melhoria dos padrões de governança corporativa, promoveu reuniões formais com representantes da alta administração e com executivos das áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade e controladoria, segurança corporativa, jurídica, governança, crédito, finanças, tecnologia da informação, ouvidoria, corregedoria além de sua participação em reuniões do Conselho de Administração (CONSAD), do Conselho Fiscal e de assembleias de acionistas.
- 2.4 Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, gestão atuarial, exposições de risco, fraudes e irregularidades, compliance, contabilidade e finanças.
- 2.5 O COAUD apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas de sua atuação ao CONSAD. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo COAUD.
- 2.6 Na interação com as auditorias interna e externa, avaliou os seus planos de trabalho, tomou conhecimento de resultados das revisões do sistema de controles internos e apreciou as respectivas conclusões e recomendações.
- 2.7 Avaliou e enfatizou a necessidade de implementação das recomendações de auditoria emitidas por elas e por órgãos externos de fiscalização e controle, que vêm sendo cumpridas ou programadas pela Administração.

- 2.8 Identificou oportunidades de melhorias e recomendou à Administração aprimoramentos de controles.
- 2.9 Conforme registrado no último relatório semestral do COAUD (data-base 30/06/2022) participou da comissão de investigação para esclarecer os fatos relacionados às operações da MB Capital, que totalizaram R\$ 119.961.378,46. Registrou em documentos internos os resultados dos trabalhos e recomendou ao CONSAD manter a supervisão e o acompanhamento da evolução dos pontos de melhoria mencionados e ratificou o encerramento dos trabalhos da comissão em 26/12/2022.

### **3. Conclusões finais**

- 3.1 Dessa forma e com base nos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período, registramos as conclusões finais do Comitê:
- 3.1.1 É relevante reportar que persiste o regime de intervenção na Caixa de Previdência Complementar dos Funcionários do Banco da Amazônia (CAPAF). Remanesce a pendência relativa ao auxílio pós-emprego, com impacto no resultado operacional do Banco, tópico incluído na seção “Assuntos Importantes de Auditoria”. Essa mesma seção apresentou comentários dos auditores independentes quanto aos procedimentos de auditoria e adequação da provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, bem como à provisão para perdas esperadas associadas aos riscos de crédito da Instituição e riscos de crédito compartilhados com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).
- 3.1.2 O Banco permanece enquadrado em relação ao capital regulamentar. Manteve-se conservador em relação aos riscos de liquidez e de mercado. Além disso, vem aprimorando a gestão integrada dos riscos operacionais e de crédito.
- 3.1.3 Ademais, o COAUD não recebeu informações que comprometessem a probidade em relação à gestão dos recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), tampouco sobre eventual descumprimento de regras ou regulamentos da área de sustentabilidade ou sobre a atuação da Ouvidoria.
- 3.1.4 Na conclusão de suas atividades de avaliação, supervisão e monitoramento e, respeitadas as suas atribuições e prerrogativas, o COAUD reitera a

constatação de que o sistema de controles internos mostrou-se adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco. Todavia ainda apresenta oportunidades de melhoria, em especial na fase de acompanhamento das operações de crédito concedidos e na gestão dos controles gerais de tecnologia da informação. A Auditoria Interna foi efetiva e desempenhou suas funções com independência técnica, objetividade e qualidade. A Auditoria Independente foi efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência, sendo essas atividades objeto de permanente atenção por parte do Conselho de Administração e deste Comitê.

- 3.1.5 Além disso, as demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2024, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as boas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e refletem em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.
- 3.1.6 Por essa razão, o COAUD recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Belém (PA), 14 agosto de 2024.

Antonio Carlos V. Sequeira  
*Coordenador do Comitê*

Marco Antonio M. Foletto  
*Membro*

Corinto Lucca Arruda  
*Membro*

## **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

---

Ref.: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A –  
PRIMEIRO SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2024

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, analisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao primeiro semestre do exercício de 2024, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

As análises das demonstrações supracitadas foram complementadas, ainda, por exame de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do semestre, pela Administração do Banco.

Os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras.

Com base nas análises efetuadas, o Conselho Fiscal manifesta-se que os referidos documentos societários relativos ao primeiro semestre de 2024 estão em condições de serem encaminhados para apreciação dos Acionistas.

Belém (PA), 14 de agosto de 2024.

**GUSTAVO SAMPAIO DE ARROCHELA LOBO**  
Conselheiro

**FÁBIO HENRIQUE BITTES TERRA**  
Conselheiro

**ADRIANO PEREIRA DE PAULA**  
Conselheiro

**LETÍCIA PEDERCINI ISSA**  
Conselheira

## **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, de acordo com o disposto no Art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria Executiva, todos referentes ao 1º semestre de 2024.

Belém (PA), 14 de agosto de 2024.

**ANA PATRÍZIA GONÇALVES LIRA RIBEIRO**

*Presidente*

**LUIZ CLÁUDIO MOREIRA LESSA**

*Conselheiro*

**ANTÔNIO CARLOS VILLELA SEQUEIRA**

*Conselheiro*

**RODRIGO OCTÁVIO ORAIR**

*Conselheiro*

**MARIA ABADIA DA SILVA ALVES**

*Conselheira*

**LAURO ARCÂNGELO ZANOL**

*Conselheiro*

**INÁLIO VIEIRA CRUZ**

*Conselheiro*

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao período findo em 30 de junho de 2024, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 14 de agosto de 2024.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa  
Presidente

Fábio Yassuda Maeda  
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula  
Diretor

Marivaldo Gonçalves de Melo  
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho Leal  
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho  
Diretor



## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subseqüentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da PwC Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao período findo em 30 de junho de 2024, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 14 de agosto de 2024.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa  
Presidente

Fábio Yassuda Maeda  
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula  
Diretor

Marivaldo Gonçalves de Melo  
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho Leal  
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho  
Diretor



## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Claudio Moreira Lessa  
Presidente

Ana Paula Bulhões Moitinho  
Diretora

Fábio Yassuda Maeda  
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho  
Diretor

Marivaldo Gonçalves de Melo  
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula  
Diretor

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Patrícia Gonçalves Lira Ribeiro  
Presidente

Luiz Claudio Moreira Lessa  
Conselheiro

Maria Abadia da Silva Alves  
Conselheira

Antônio Carlos Villela Sequeira  
Conselheiro

Rodrigo Octavio Orair  
Conselheiro

Lauro Arcângelo Zanol  
Conselheiro

Inácio Vieira Cruz  
Conselheiro

### COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Villela Sequeira  
Coordenador

Corinto Lucca Arruda  
Membro

Marco Antonio Mayer Foletto  
Membro

### CONTADOR

Marcelo dos Santos Souza  
CRC-PA 012778/0-3

### CONSELHO FISCAL

Gustavo Sampaio de Arrochela lobo  
Presidente

Fábio Henrique Bittes Terra  
Conselheiro

Adriano Pereira de Paula  
Conselheiro

Letícia Pedercini Issa  
Conselheira

